PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ALFRÊDO PRATES DE SOUZA

Memórias das Comunidades Eclesiais de Base em Macarani nos Anos 80 e o ensino da História

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

Setembro / 2026

ALFRÊDO PRATES DE SOUZA

MEMÓRIAS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM MACARANI NOS ANOS 80 E O ENSINO DA HISTÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História em Rede Nacional, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Belarmino de Jesus Souza

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2026

S713m

Souza, Alfrêdo Prates de.
Memórias das Comunidades Eclesiais de Base em Macarani nos anos 80 e o ensino da história / Alfrêdo Prates de Souza, 2026.
72 f. ; il., color.
Orientador (a): Dr. Belarmino de Jesus Souza.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2026.
Inclui referências F. 53 - 57
1. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – Memória – Macarani (BA). 2. História oral. 3. Ensino de história. I. Souza, Belarmino de Jesus. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de História. III. T.

CDD 322

Catalogação na fonte: ***Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134***
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

ALFRÊDO PRATES DE SOUZA

MEMÓRIAS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM MACARANI NOS ANOS 80 E O ENSINO DA HISTÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História em Rede Nacional, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovada em 04 de setembro de 2026.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Belarmino de Jesus Souza
(Orientador)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

_____

Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

_____

Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

RESUMO

Esta dissertação investiga as memórias das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Macarani, na década de 1980, e seu potencial como instrumentos de mediação da aprendizagem histórica na educação básica. A pesquisa parte da hipótese de que narrativas orais, documentos escritos e imagens preservadas constituem fontes históricas capazes de articular memória, experiência social e ensino de História, hipótese confirmada pelos resultados da investigação. O estudo contextualiza a atuação das CEBs a partir das transformações do catolicismo no século XX, especialmente do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e do Documento de Puebla, relacionando-as ao contexto da ditadura civil-militar brasileira e às especificidades sociais, políticas e religiosas do interior da Bahia. Em Macarani, as CEBs são analisadas como espaços de encontro, reflexão, organização comunitária e participação social, ultrapassando a dimensão estritamente litúrgica. Metodologicamente, a pesquisa articula revisão bibliográfica, análise documental e história oral, valorizando os relatos de antigos membros, além de documentos e registros imagéticos. Conclui-se que essas memórias constituem fontes históricas densas e recursos didáticos relevantes, contribuindo para a valorização da história local, da experiência dos sujeitos e de uma aprendizagem histórica crítica na Educação Básica.

Palavras-chave: Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Memória. História Oral. Ensino de História. História Local. Educação Básica.

ABSTRACT

This dissertation investigates the memories of the Base Ecclesial Communities (CEBs) in Macarani during the 1980s and their potential as instruments for mediating historical learning in basic education. The research is based on the hypothesis that oral narratives, written documents, and preserved images constitute historical sources capable of articulating memory, social experience, and History teaching, a hypothesis confirmed by the findings of the investigation. The study contextualizes the activities of the CEBs within the transformations of Catholicism throughout the twentieth century, particularly those resulting from the Second Vatican Council, the Medellín Conference, and the Puebla Document, relating them to the context of the Brazilian civil-military dictatorship and to the social, political, and religious specificities of the interior of Bahia. In Macarani, the CEBs are analyzed as spaces for gathering, reflection, community organization, and social participation, extending beyond the strictly liturgical dimension. Methodologically, the research combines a literature review, documentary analysis, and oral history, giving prominence to the accounts of former members, as well as to documents and photographic records. It concludes that these memories constitute rich historical sources and relevant educational resources, contributing to the appreciation of local history, the experiences of historical subjects, and critical historical learning in Basic Education.

Keywords: Base Ecclesial Communities (CEBs). Memory. Oral History. History Teaching. Local History. Basic Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

CAPÍTULO 1 DITADURA MILITAR NO BRASIL, A REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E SUA CONEXÃO COM AS CEBs 11

1.1 A DITADURA CIVIL-MILITAR E SEUS REFLEXOS NO INTERIOR DA BAHIA 11

1.1.1 A região de Vitória da Conquista 12

1.1.2 As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua trajetória 12

1.2 REPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA 13

1.3 A ELITE POLÍTICA E AS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA DURANTE A DITADURA 14

1.4 A ATUAÇÃO DAS (CEBs) NA RESISTÊNCIA À DITADURA EM VITÓRIA DA CONQUISTA 16

1.5 RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA EM VITÓRIA DA CONQUISTA 19

1.6 MEMÓRIA E JUSTIÇA: A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA 20

1.7 IMPACTOS PÓS-DITADURA DA RESISTÊNCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA 22

CAPÍTULO 2 AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs) 24

2.1 A IGREJA E O CONCÍLIO VATICANO II 24

2.2 A AMÉRICA LATINA E A CONFERÊNCIA DE MEDELLÍN (1968) 25

2.3 DOCUMENTO DE PUEBLA 26

2.4 SURGIMENTO DAS CEBs NO BRASIL 28

2.5 AS CEBs EM MACARANI, NOS ANOS 80 31

2.5.1 História da Paróquia São Pedro de Macarani 31

2.5.2 A Atuação das CEBs na década de 1980 34

2.6 AS CEBs E O ENSINO DE HISTÓRIA 38

CAPÍTULO 3 MEMÓRIA DOS PARTICIPANTES DAS CEBs EM MACARANI NOS ANOS 80 39

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 42

3.2 QUADROS ANALÍTICOS: TABULAÇÃO DAS NARRATIVAS 43
3.3 ANÁLISE TEMÁTICA DAS NARRATIVAS 47
3.4 AS CEBs EM MACARANI E O ENSINO DE HISTÓRIA 48
CONSIDERAÇÕES FINAIS 50
REFERÊNCIAS 53
APÊNCICE A – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE ADNÊ ALMEIDA DE SOUSA 58
APÊNCICE B – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE ANTÔNIO LEOLINO DE ALMEIDA 59
APÊNCICE C – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE MIRALDO JOSÉ DE ARAÚJO 63
APÊNCICE D – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE ARLETE SOUZA SANTOS E SANTOS 64
APÊNCICE E – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE MARLENE MARIA DA SILVA 65
APÊNCICE F – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE ANSCÁRIO VIANA ROCHA 67
ANEXO A – REGISTRO DE PE. GETÚLIO SOBRE SUA ATUAÇÃO NAS CEBs 69
ANEXO B – MENSAGEM DE PE. ARNALDO ENTREGUE NA MISSA DE 7º DIA DA MORTE DE DANIEL CLEMENTE DE SOUZA 72

INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga as memórias das Comunidades Eclesiais de Base em Macarani, na década de 1980, em diálogo com o ensino de História na educação básica. As experiências vividas pelos sujeitos, expressas em narrativas orais, documentos escritos e imagens preservadas, não se reduzem à condição de lembranças de um passado religioso e comunitário, mas constituem vestígios dotados de potencial formativo e pedagógico.

Nesse horizonte, a pesquisa problematiza se essas fontes — oralidade, fotografias, documentos e relatos dos antigos membros das CEBs — podem ser mobilizadas como instrumentos de mediação de aprendizagem da História. A hipótese foi a de que sim, e o percurso investigativo confirmou essa suposição ao evidenciar que as CEBs, por meio de suas personagens, práticas e formas de atuação, oferecem um acervo significativo para o trabalho com a história local e com a formação histórica dos estudantes.

A investigação se insere em um quadro histórico mais amplo, marcado pelas transformações do catolicismo no século XX e pela redefinição da ação pastoral da Igreja em escala mundial e, especialmente, latino-americana. O Concílio Vaticano II inaugurou um movimento de renovação e abertura que reforçou a necessidade de uma Igreja mais próxima das realidades concretas dos fiéis e mais sensível às questões sociais do mundo contemporâneo.

Na América Latina, a Conferência de Medellín e o Documento de Puebla aprofundaram essa orientação ao afirmar a centralidade dos pobres, da participação comunitária e do compromisso com a transformação social. No Brasil, essas diretrizes ganharam força em meio à ditadura civil-militar, contexto no qual setores progressistas da Igreja assumiram papel relevante na crítica ao autoritarismo, na organização popular e na formação de consciências históricas e políticas.

Ao deslocar esse processo para o interior baiano, observa-se que as CEBs também se enraizaram em espaços locais atravessados por dinâmicas sociais, políticas e religiosas específicas, como a região de Vitória da Conquista e o município de Macarani. Na década de 1980, essas comunidades assumiram papel expressivo na vida religiosa e comunitária, tornando-se espaços de encontro, partilha, reflexão e organização. Em seu estudo sobre o Sertão da Ressaca, Belarmino de Jesus Souza

demonstra que, na formação histórica de Vitória da Conquista, “[...] o público e o privado não contavam com demarcações fronteiriças” (SOUZA, 2022, p. 71). Essa formulação é central para compreender a densidade das relações sociais e políticas em contextos interioranos como o de Macarani, nos quais práticas comunitárias, vínculos pessoais e disputas por influência se entrelaçavam de modo intenso. No mesmo trabalho, o autor observa que "aquelas famílias controlavam as instâncias de poder político, jurídico e ideológico" (SOUZA, 2022, p. 71).

As memórias dos antigos membros, os registros escritos e as imagens preservadas permitem perceber que sua atuação ultrapassava a dimensão estritamente litúrgica, alcançando esferas educativas, sociopolíticas e culturais. Assim, as CEBs em Macarani não apenas integram a história da Igreja no interior da Bahia, mas também constituem uma experiência que pode ser mobilizada no ensino de História com mediação entre memória, experiência social e aprendizagem.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa articula revisão bibliográfica, análise documental e história oral. A bibliografia permitiu compreender os processos históricos mais amplos relacionados à Igreja Católica, à ditadura civil-militar e à formação das CEBs no Brasil e na Bahia.

Os documentos e as imagens possibilitaram identificar marcas materiais da experiência comunitária, enquanto os relatos dos antigos membros das CEBs em Macarani trouxeram à tona significados, lembranças e interpretações que apenas a escuta dos sujeitos poderia revelar.

A oralidade foi tratada como fonte histórica, capaz de iluminar práticas, relações e sentidos atribuídos ao vivido. Essa combinação metodológica permitiu reconstruir o percurso das CEBs e compreender sua permanência como memória social e sua potência como recurso didático para o ensino da História.

A dissertação organizou-se em capítulos que articulam os níveis macro e micro da análise histórica. O primeiro aborda a ditadura civil-militar no Brasil e a região de Vitória da Conquista, destacando as conexões entre a conjuntura política e a atuação das CEBs.

O segundo examina as Comunidades Eclesiais de Base a partir do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e do Documento de Puebla; o surgimento das CEBs no Brasil e em Macarani e seu uso no ensino de História. O terceiro, por sua vez, dedica-se à análise e sistematização dos relatos dos antigos membros das CEBs,

buscando evidenciar como suas memórias associadas aos documentos e imagens preservados contribuem para compreender a historicidade dessas comunidades e sua aplicação pedagógica na educação básica.

Ao final, esta pesquisa sustenta que as memórias das CEBs em Macarani não devem ser compreendidas apenas como lembranças de um passado religioso, mas como fontes históricas densas, atravessadas por experiências, conflitos, práticas e representações que ajudam a pensar o ensino da História em perspectiva crítica. A confirmação da hipótese inicial reforça a ideia de que a oralidade, os documentos escritos e as imagens vinculadas às CEBs constituem instrumentos valiosos de mediação da aprendizagem histórica, especialmente quando articulados a uma proposta pedagógica comprometida com a valorização da experiência social e da construção do conhecimento histórico pelos sujeitos da educação básica.

CAPÍTULO 1
DITADURA MILITAR NO BRASIL, A REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E SUA CONEXÃO COM AS CEBs

1.1 A DITADURA CIVIL-MILITAR E SEUS REFLEXOS NO INTERIOR DA BAHIA

O presente capítulo tem por objetivo analisar a ditadura civil-militar brasileira na região de Vitória da Conquista, enfocando a relação com as CEBs e compreendendo as estratégias de repressão estatal e as formas de resistência social organizadas localmente.

A pesquisa se ancora em fontes secundárias qualificadas, cuja produção acadêmica específica sobre o tema contribui para aprofundar a compreensão dos impactos concretos desse regime autoritário na Bahia interiorana, contextualizando a história da ditadura civil-militar no Brasil.

A ditadura civil-militar brasileira, instalada em 1964, apresentou um período de rupturas e continuidades na história política, social e econômica do Brasil. Governando até 1985, o regime promovia, sob o pretexto de combate ao comunismo e de manutenção da ordem, ampla restrição de direitos civis, perseguições políticas, censuras e repressão sistemática contra movimentos sociais e organizações populares.

Se no plano nacional já está documentado o impacto profundo dessa fase, há particularidades locais que revelam outras dimensões de autoritarismo no interior do país. A região de Vitória da Conquista, na Bahia, é um exemplo expressivo de como o regime atuou para consolidar sua ordem social e política, enfrentando resistência de atores comunitários ligados aos movimentos populares, notadamente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O golpe de 1964 foi resultado da confluência de tensões políticas, econômicas e sociais acumuladas no Brasil durante os anos 1950 e 1960. Em um cenário marcado pela Guerra Fria, os Estados Unidos e setores conservadores nacionais viam na administração de João Goulart uma ameaça comunista que justificava a tomada do poder pelas Forças Armadas e seus aliados civis.

Segundo Fausto (2001), o golpe instaurou uma ditadura caracterizada pela centralização autoritária do poder, pelo controle rigoroso das instituições públicas e pela suspensão de direitos políticos básicos. Num período posterior ao golpe, o regime

militar organizou-se em torno de um projeto de modernização autoritária conhecido como *milagre econômico*, baseado na exclusão política e social de grande parte da população.

Os movimentos populares, sindicatos e estudantes foram duramente reprimidos. Gaspari (2002, 2003, 2004) evidencia que o período foi marcado por tortura, censura e desaparecimentos forçados, consolidando o clima de medo e repressão.

O Estado Novo da ditadura, com múltiplas fases até a abertura política nos anos 1980, afetou profundamente as estruturas regionais. O interior do País, distante dos grandes centros urbanos, era palco de particularidades na aplicação do regime, onde elites locais, muitas vezes aliadas às forças militares, exerciam controle político com base em práticas patrimonialistas e repressivas, conforme demonstram Dias (2001) e Zachariadhes (2008).

1.1.1 A região de Vitória da Conquista

Vitória da Conquista, situada no sudoeste da Bahia, é uma das maiores cidades do interior do Nordeste, com importante papel político e socioeconômico. Sua população, majoritariamente rural e trabalhadora, era, durante o regime militar, alvo de diversas políticas interventivas e repressivas do Estado. A região possui tradição de movimentos sociais ligados à luta por reforma agrária e justiça social, o que a tornou palco de manifestações populares que desafiaram o autoritarismo local.

Segundo Dias (2001), as condições sociais e econômicas da região favoreceram o desenvolvimento de organizações comunitárias que articulavam as demandas locais por direitos e participação política. Nesse sentido, o surgimento das CEBs se apresenta como fenômeno central para compreender as formas de resistência à ditadura no local, como destacado por Souza (2010, 2020).

1.1.2 As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua trajetória

As CEBs nasceram no contexto da Igreja Católica latino-americana, entre as décadas de 1960 e 1970, como um movimento popular comprometido com a realidade das bases, especialmente em zonas rurais. Embora sua origem seja religiosa,

rapidamente adquiriram dimensões políticas e sociais, atuando como espaço de organização e formação da consciência crítica acerca das injustiças sociais e do autoritarismo político, conforme Zachariadhes (2007) em seu estudo sobre o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), instituição fundada pelos jesuítas da Bahia na década de 1960 como ferramenta de enfrentamento das desigualdades sociais para auxílio da evangelização.

Na Bahia, especialmente em Vitória da Conquista, as CEBs desempenharam papel estratégico na mobilização popular, reunindo comunidades marginalizadas e proporcionando espaços para debate sobre direitos, cidadania e justiça social. A organização das CEBs tornou-se, portanto, uma forma de resistência ao regime militar, que via nesses agrupamentos uma ameaça à sua lógica repressiva.

1.2 REPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

A instalação do regime militar no Brasil desencadeou uma série de medidas repressivas que atingiram duramente as regiões interiores do país. Vitória da Conquista, por sua condição estratégica e seu histórico de ativismo social, tornou-se um polo onde as práticas autoritárias foram tanto aplicadas com rigor quanto contestadas com vigor. Segundo pesquisas de Dias (2001), os primeiros anos da ditadura na cidade foram marcados pela perseguição a estudantes, sindicalistas e lideranças políticas e religiosas que se posicionavam contrariamente ao regime.

No contexto local, as formas concretas de repressão incluíam prisões arbitrárias, torturas e o exílio político de figuras proeminentes. A ação policial esteve alinhada com a repressão executada pelas forças militares, de modo a sufocar as expressões de dissidência.

A repressão, conforme evidenciam Zachariadhes e Souza, não se limitou à punição física, envolvendo também censura à imprensa local, controle de associações comunitárias e interferência na educação, o que resultou em um ambiente de medo e silêncio forçado.

Entretanto, a resistência não esteve ausente. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organizações surgidas no interior da Igreja Católica e alinhadas à Teologia da Libertação, foram o epicentro de uma luta política e social relevante. Na Bahia e, particularmente, em Vitória da Conquista, as CEBs atuaram promovendo

debates sobre direitos, justiça social e cidadania, funcionando como força organizada de contestação ao regime. Essa mobilização atraía não apenas a população rural, mas também jovens e intelectuais, representando uma oposição ideológica que fragilizava o controle absoluto do regime.

A atuação das CEBs ocorreu em conjunto com outros movimentos sociais que buscavam denunciar as violações de direitos humanos e promover a reforma agrária, questão central para o contexto rural da região. Conforme relata Gaspari (2002), a ditadura, ao reconhecer essa ameaça, intensificou as medidas repressivas, que incluíam operações policiais em comunidades, prisões de lideranças e perseguição sistemática a militantes. Muitas lideranças das CEBs foram perseguidas, presas e exiladas, o que, entretanto, não apagou a mobilização social crescente.

Vitória da Conquista foi palco de disputas simbólicas e de poder, onde o regime buscava construir narrativas favoráveis à sua legitimidade, enquanto educadores e religiosos ligados às CEBs promoviam formas de resistência cultural e pedagógica. A pesquisa de Ferreira (2015) demonstrou que, em escolas públicas da cidade, especialmente aquelas frequentadas por camadas populares, o ensino de História e Sociologia sofreu censura, numa tentativa de impedir a denúncia dos abusos do regime e o estímulo à reflexão crítica dos alunos.

As ações das CEBs e de outros grupos populares, mesmo diante das adversidades, foram fundamentais para manter viva a luta por democracia e justiça social em Vitória da Conquista durante todo o período da ditadura. Essa resistência contribuiu para a construção de redes de solidariedade, troca de informações e estratégias comuns, tornando-se referência para o processo de redemocratização brasileira, que começou a ganhar força na década de 1980.

1.3 A ELITE POLÍTICA E AS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA DURANTE A DITADURA

A consolidação do regime civil-militar no Brasil contou com o apoio decisivo da elite política tradicional, que viu no golpe de 1964 uma oportunidade para manter e ampliar seus espaços de poder. Na Bahia, Vitória da Conquista não foi exceção a essa dinâmica, onde as oligarquias locais e grupos econômicos influentes articulavam o controle político em conluio com o aparato estatal repressivo.

Segundo estudos históricos, a aliança entre militares e políticos regionais consolidou uma estrutura que estorvou resistências e promoveu a hegemonia desses setores durante todo o período ditatorial. No livro *"Uma Cidade em Meio à Ditadura e à Redemocratização: Poder e Sociedade – Vitória da Conquista (1962-1992)*", Belarmino de Jesus Sousa destaca que "a vida política de Vitória da Conquista foi marcada, desde os seus primórdios, por um forte caráter oligárquico" (2020, p. 17). Em outra passagem, o autor afirma que "o poder dos mandões locais era formado na reciprocidade e na negociação com instâncias superiores do poder do Estado".

O golpe de 1964 e a subsequente repressão política também foram respaldados por grupos políticos na Bahia que participavam ativamente das articulações que influenciaram a instalação do regime. A adesão de figuras proeminentes da política local ao novo sistema permitiu a reorganização do poder de forma a sustentar o autoritarismo na região. Tal situação criou um contexto de estabilidade para a elite, mas de exclusão e violência para os grupos de oposição, especialmente aqueles ligados aos movimentos populares e às CEBs. No controle do espaço político local, as ações repressivas foram acompanhadas da influência de uma imprensa alinhada ao regime, que ajudou a moldar a opinião pública e a deslegitimar os movimentos contestatórios.

A imprensa conquistense, em muitos momentos, reproduziu a narrativa oficial que buscava despolitizar as reivindicações populares ou caracterizá-las como ameaça ao progresso e à ordem pública. Foi o caso de *O Sertanejo*, periódico criado em 1962 com o interesse em fazer oposição a José Pedral, candidato do Partido Social Democrático (PSD) à prefeitura de Vitória da Conquista daquele ano (OLIVEIRA et al., 2016). Pedral fazia frente ao udenismo que governava o município, e acabaria vencendo o pleito. Teria, contudo, o mandato cassado em 6 de maio de 1964 em sessão extraordinária da Câmara de Vereadores – com forte presença dos militares – acusado de comunismo e de favorecer a atuação dos Grupos dos Onze (células de articulação e mobilização de esquerda). *O Sertanejo* comemoraria a chegada dos militares ao poder, e viu no novo regime uma oportunidade de crescer.

Táticas clientelistas e redes de favor também eram amplamente utilizadas para assegurar a fidelidade política de setores populares que, de outra forma, poderiam se opor ao regime. Essa dinâmica reforçava a estrutura hierárquica e

autoritária do poder local, dificultando o desenvolvimento de uma oposição organizada e eficaz.

As CEBs, apesar da pressão e da repressão, construíram um contraponto imprescindível a esse sistema. Sua atuação nos meios rurais e urbanos criou espaços alternativos de mobilização e formação política que desafiavam a hegemonia da elite. Em meio ao controle rigoroso do regime, as CEBs fomentaram a participação popular e a defesa dos direitos sociais, que ecoariam na resistência e na redemocratização futuras.

Assim, a análise do protagonismo da elite política local e de suas estratégias de dominação oferece uma compreensão aprofundada dos mecanismos institucionais e sociais que sustentaram a ditadura na Bahia, em particular em Vitória da Conquista, evidenciando as complexas relações de poder que permearam esse período e que foram contestadas por forças populares ligadas às CEBs e a outros movimentos sociais.

1.4 A ATUAÇÃO DAS (CEBs) NA RESISTÊNCIA À DITADURA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgidas a partir da década de 1960 no contexto latino-americano da Teologia da Libertação, constituíram-se como uma força de resistência social e política importante durante a ditadura civil-militar brasileira.

A Teologia da Libertação surge em um contexto de confluência entre as profundas mudanças ocorridas na Igreja com o Concílio Vaticano II (1962-1965) – melhor trabalhado no próximo capítulo – e as graves contradições e desigualdades do chamado Terceiro Mundo na segunda metade do século XX, mais notadamente, a América Latina. Ela nomeia um movimento de prática e reflexão teológica em prol da “abolição da atual situação de injustiça e da construção de uma sociedade diferente, mais livre humana” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 9). Para Michael Löwy, o termo “Teologia da Libertação”, contudo, não seria o mais adequado para referir-se a este fenômeno. Comenta:

> Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/religioso como “Teologia da Libertação”, porém, como movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos,

> esse termo não é apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de “Igreja dos Pobres”, mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição. Proponho chamá-lo de Cristianismo da Libertação, por ser um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática (LÖWY, 2016, p.74).

Entre os principais nomes desse movimento destaca-se o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, considerado um dos principais formuladores da Teologia da Libertação. Em sua obra *Teología de la Liberación: Perspectivas*, publicada originalmente em 1971, Gutiérrez sistematizou uma reflexão teológica fundamentada na experiência dos pobres e na necessidade de relacionar a mensagem cristã às condições concretas de vida das populações latino-americanas. No Brasil, tiveram grande importância Leonardo Boff e Clodovis Boff, que desenvolveram reflexões sobre Igreja, sociedade, pobreza e libertação. Também se destacou Frei Betto, cuja atuação pastoral e política esteve ligada às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à educação popular. Outros representantes latino-americanos importantes incluem Jon Sobrino, teólogo jesuíta ligado à realidade de El Salvador, e Ignacio Ellacuría, que relacionou a reflexão teológica aos problemas sociais e políticos daquele país. Em verdade, a Teologia da Libertação envolve indivíduos e entidades para além da Igreja.

> Mais precisamente, é a expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960, bem antes dos novos escritos teológicos. Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores etc. Sem a existência desse movimento social não poderíamos entender fenômenos sociais e históricos de tal importância como a emergência do novo movimento operário no Brasil e o surgimento da revolução na América Central (bem como, em épocas recentes, Chiapas) (LÖWY, 2016, p.73-74).

No estado da Bahia, especialmente na região de Vitória da Conquista, as CEBs desempenharam um papel estratégico na mobilização popular contra a repressão autoritária. Como destaca a historiografia recente, sobretudo os estudos de Zachariadhes (2007) e Souza (2010), as CEBs promoveram a conscientização política e social das classes populares, fortalecendo vínculos solidários e ampliando a capacidade de resistência frente ao regime.

Originalmente criadas para revitalizar o compromisso pastoral da Igreja Católica com as camadas populares, as CEBs assumiram rapidamente uma postura

crítica diante da injustiça social e da desigualdade crescente, denunciando a opressão institucionalizada que atingia esses grupos. Essa atuação política, embora situada dentro da estrutura da Igreja Católica, muitas vezes se contrapôs ao conservadorismo hierárquico que, em determinados momentos, apoiou setores do regime militar. Tal cenário evidencia as tensões internas presentes no campo religioso brasileiro durante o período ditatorial.

O trabalho dessas comunidades incluía mobilizações por melhorias nos serviços públicos, campanhas educativas e denúncias abertas das violações de direitos humanos que caracterizavam o cotidiano sob o regime militar. O impacto dessas ações contribuiu, sobretudo na década de 1970, para a criação de redes não oficiais de resistência política que desafiavam a censura e o autoritarismo.

Todavia, a repressão contra as CEBs foi intensa. Muitos membros sofreram perseguições, prisões e, em alguns casos, violência física. O aparato repressivo do regime classificava essas comunidades como focos subversivos, buscando neutralizar a difusão de suas ideias e sua capacidade de mobilização. Apesar disso, a resistência das CEBs e sua notável resiliência foram fundamentais para preservar a memória da resistência popular e fortalecer o processo de redemocratização que se aproximava nas décadas seguintes.

É importante destacar também o papel da imprensa alternativa e da produção cultural que dialogavam com as CEBs, contribuindo para divulgar as reivindicações comunitárias e para informar, contrariando o silêncio imposto pelos meios oficiais. *O Fifó,* jornal semanal criado em 1977 pelo professor e advogado Ruy Hermann Araújo Medeiros foi uma das vozes divergentes que surgiram em meio ao enfraquecimento da imprensa (OLIVEIRA et al., 2016). Muito embora tivesse pouca margem para uma mobilização maior, em boa parte por questões financeiras, sua atuação não deve ser diminuída tampouco esquecida. Esse aspecto é fundamental para compreender como as lutas protagonizadas pelas bases e pelas CEBs em Vitória da Conquista, ainda que situadas em um âmbito religioso, influenciaram o cenário político regional e nacional.

Assim, a trajetória das CEBs durante a ditadura civil-militar na região de Vitória da Conquista exemplifica a importância das organizações sociais de base na resistência não violenta contra regimes autoritários. Ela demonstra que, mesmo diante de intensos mecanismos repressivos, a organização popular pode criar espaços de

contestação e promover a conscientização que sustentaria as conquistas democráticas futuras.

1.5 RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Durante o regime autoritário instaurado pela ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), os espaços religiosos e educacionais tornaram-se arenas fundamentais para a disputa ideológica entre o projeto oficial do regime e diferentes formas de resistência local. No campo educacional, o Estado promoveu reformas que buscavam adequar a escola aos princípios políticos e econômicos dos governos militares. A Lei nº 5.540/1968 reformou o ensino superior, enquanto a Lei nº 5.692/1971 reorganizou o ensino de 1º e 2º graus, inserindo a educação em um projeto mais amplo de formação de uma mão-de-obra precarizada e buscando limitar a circulação de ideias consideradas contrárias ao regime ideologicamente. Silva e Pina (2022, p. 3) reforçam que dentro deste bojo de reformas, a disciplina de História foi uma das mais afetadas:

> No interior desse projeto educacional, o ensino de História constituiu alvo de especial atenção dos reformadores. No que se refere às mudanças curriculares no ensino de 1º e 2º graus, advindas da reforma supracitada, as disciplinas de Geografia e História tiveram a sua carga horária reduzida pela legislação mencionada, com vistas a ceder espaço às disciplinas Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Moral e Cívica (EMC). Assim, os conceitos de moral e civismo deveriam perpassar todas as disciplinas, bem como a prática de atividades cívicas extraclasse, como por exemplo, desfiles cívicos.

Em Vitória da Conquista e região, essa disputa foi marcada pela interferência do Estado nas instituições públicas, que passaram a funcionar como instrumentos de legitimação da ordem autoritária, limitando o ensino crítico e a divulgação de conhecimentos capazes de questionar o regime. Ferreira Jr. e Bittar (2006) evidenciam, a partir de relatos de professores da época, a persistência de uma educação pautada por relações rígidas de poder, onde o discurso dominante era o da autoridade absoluta e da subordinação, refletindo o ordenamento social imposto pelos militares. Contudo, em meio a esse contexto, emergiam práticas que buscavam preservar a memória crítica dos acontecimentos e conscientizar sobre a realidade política e social.

Apesar da censura e do controle da informação exercidos pelos órgãos de segurança do regime, professores, religiosos e estudantes criavam iniciativas

discretas que promoviam debates críticos e incentivavam a participação política, contribuindo para a formação de uma consciência social que desempenharia papel relevante no processo de redemocratização da década de 1980.

Ademais, a imprensa alternativa e a cultura popular tiveram papel crucial na resistência em Vitória da Conquista. Produções literárias, musicais e artísticas — muitas vezes proibidas nos circuitos oficiais — circulavam entre grupos engajados no combate ao autoritarismo, amplificando vozes e narrativas de resistência. Esses movimentos culturais foram essenciais para desafiar o silêncio e o medo impostos pela repressão e para criar espaços onde a identidade e a memória coletiva pudessem ser preservadas, como destaca Mendes (2010).

A resistência cultural e educativa constituiu, assim, um componente estratégico da luta contra o regime, articulando-se a outras formas de contestação presentes nas ruas, nas comunidades e dentro das próprias instituições. A capacidade de resistir tornou possível manter uma base social crítica e preparar o terreno para os avanços que marcariam a democratização do Brasil.

1.6 MEMÓRIA E JUSTIÇA: A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

A memória da ditadura civil-militar em Vitória da Conquista tem ganhado crescente atenção, resultado dos esforços de movimentos sociais, pesquisadores e instituições locais para preservar a verdade histórica e promover justiça em relação às violações de direitos humanos ocorridas entre 1964 e 1985.

Em 2013, a Câmara Municipal da cidade realizou uma audiência pública para instalar a Comissão Municipal da Verdade, destinada a investigar e documentar os fatos do período, como prisões arbitrárias, tortura e desaparecimento de opositores do regime. Essa iniciativa representa um marco no reconhecimento oficial das atrocidades cometidas e é fundamental para o enfrentamento dos silenciamentos históricos (VEREADORES INSTALAM..., 2025).

Vários ativistas e militantes da região que sobreviveram à repressão passaram a narrar suas experiências, contribuindo para a construção de uma narrativa mais plural e crítica da ditadura. Entre os casos emblemáticos está o de Péricles Gusmão Regis, preso em maio de 1964 e falecido sob custódia, simbolizando as vítimas da violência estatal presentes na memória local. O município conta ainda com

o Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos da Bahia, localizado na Praça Tancredo Neves, que homenageia essas pessoas e resgata seu legado para as novas gerações (PREFEITURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2025). A existência de patrimônios como este são essenciais para que haja uma rememoração da história coletiva e uma tentativa de reparação. Suzala Araújo (2025), ao abordar maneiras de trabalhar temas sensíveis da história em sala de aula, utiliza justamente o monumento da Praça Tancredo Neves como meio de expressão de um luto coletivo e resgata o conceito dos “antimonumentos”, uma maneira de se lidar com a violência de estado através da arte.

> Os antimonumentos, portanto, estão voltados aos mortos, às denúncias, às questões incômodas das sociedades. Podemos dizer que eles exercem uma dupla função: relembrar e denunciar. Ao mesmo tempo, aproxima simbolicamente a sociedade dos seus mortos. Reter e processar ligações com o objeto perdido é imprescindível para a constituição mental de indivíduos e comunidades, embora, a forma de elaboração desses lutos seja realizada de formas diversas (SUZALA, 2025, p. 64-65).

As instituições educacionais também têm vivenciado um processo de revisão do ensino da história local, incorporando as memórias críticas da ditadura às disciplinas escolares. Pesquisas recentes com professores da rede pública revelam como os conteúdos historicamente controlados pelo regime influenciaram o ensino e como hoje há um esforço crescente para reconstruir essa narrativa, promovendo uma educação que valorize a democracia, os direitos humanos e a cidadania (FERREIRA, 2022).

O processo de resgate da memória em Vitória da Conquista não só fortalece a memória coletiva, mas também contribui para o enfrentamento da impunidade e para a promoção de políticas públicas que reconheçam os direitos das vítimas. A Comissão Municipal da Verdade é uma ferramenta essencial para a reconciliação social e para o reconhecimento institucional das injustiças perpetradas, refletindo uma importância política e ética que transcende a cidade (VEREADORES INSTALAM..., 2025).

Assim, o trabalho de memória e justiça em Vitória da Conquista evidencia a importância de vincular os processos históricos locais às demandas nacionais por direitos humanos e democracia, destacando o papel fundamental das resistências das CEBs na construção dessas narrativas.

1.7 IMPACTOS PÓS-DITADURA DA RESISTÊNCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

O período pós-ditadura civil-militar trouxe para Vitória da Conquista desafios complexos relacionados à reconstrução social, política e cultural da cidade. A experiência autoritária deixou marcas profundas nas estruturas do poder local, nas relações sociais e na educação, cujos efeitos persistiram por décadas após o fim formal da ditadura em 1985. Conforme indicam estudos focados na região, a consolidação de novas práticas democráticas precisou confrontar os resquícios do controle político exercido pelas elites que atuaram durante o regime militar. Belarmino de Jesus Souza (2010, p. 232) ao analisar as forças políticas que compunham as dinâmicas do poder em Vitória da Conquista pondera:

> Em 1980 com o retorno do pluripartidarismo, a tendência majoritária em Vitória da Conquista foi dos antigos arenistas filiarem-se no PDS e dos oposicionistas do MDB na nova sigla PMDB, de forma minoritária alguns se dispersaram por outras legendas, tais como, PDT, PP (que seria incorporado ao PMDB), PTB e PT. O fluxo individual (mesmo que pequeno) entre as novas legendas de frouxa definição ideológica e programática, somado ao pragmatismo marcante no processo de redemocratização, apontava para a possibilidade de aproximação entre antigos rivais da política local e estadual.

No âmbito educacional, onde a influência do regime se fez bastante presente, houve um esforço gradual para recuperar a autonomia, valorizando a memória das resistências e a denúncia das violências sofridas. Pesquisas com professores da rede pública evidenciam que a memória da repressão e da luta política se tornou parte fundamental do processo de ensino da história local, contribuindo para a formação crítica dos estudantes e fortalecendo o compromisso social dos educadores (Ferreira, 2022).

Outro impacto relevante está ligado ao fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações populares que, inspirados pelas notícias das CEBs e de outras mobilizações promovidas no período ditatorial, ampliaram suas participações políticas e sociais na década seguinte. O processo de redemocratização permitiu a abertura para debates sobre direitos humanos, democracia participativa e justiça social, ampliando o espaço para a atuação dessas forças na redefinição do projeto político local.

Do ponto de vista institucional, a criação de mecanismos para a reparação das vítimas do regime e para o resgate da memória — como a Comissão Municipal da Verdade e iniciativas culturais de valorização dos direitos humanos — representa

uma resposta tardia, porém fundamental, à necessidade de enfrentar os legados autoritários e promover a reconciliação social. Vitória da Conquista tornou-se um exemplo regional dessa luta por reconhecimento e justiça, refletindo um processo nacional de resgate histórico e reparação simbólica VEREADORES INSTALAM..., 2025).

Assim, o legado da ditadura em Vitória da Conquista manifesta-se não apenas em aspectos socioeconômicos e políticos, mas também na construção contínua da memória e da cidadania, que sustentam as conquistas democráticas alcançadas e desafiam as tentações autoritárias do presente.

CAPÍTULO 2
AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs)

2.1 A IGREJA E O CONCÍLIO VATICANO II

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido por uma disputa político-ideológica entre duas potências que aspiravam à hegemonia mundial: EUA X URSS. Nesse contexto polarizado, marcado pela corrida armamentista e pelos seus desdobramentos, tensões mundiais constantes, conflitos e guerras locais, capitaneados pelo bloco norte-americano de um lado e pelo socialismo soviético do outro.

As conquistas materiais, econômicas, científicas e tecnológicas alcançadas pela humanidade ao longo do século XX transformaram profundamente as condições de vida, ampliando a produção industrial, a urbanização, a expectativa de vida, o acesso à educação, à medicina, aos meios de transporte e às tecnologias de comunicação. Entretanto, esses avanços não foram acompanhados por uma distribuição igualmente ampla de seus benefícios. O processo de industrialização e crescimento econômico ocorreu de maneira desigual entre países e regiões, contribuindo para a formação de profundas diferenças nos níveis de renda e desenvolvimento. A Europa e os Estados Unidos, que capitanearam a industrialização, apresentaram crescimento mais acelerado, acumulando vantagens econômicas, tecnológicas e produtivas em relação a grande parte do restante do mundo, como a América Latina, grande produtora de insumos e commodities e importadora de bens manufaturados.

Nos anos 1960, a Igreja Católica, sob a liderança do Papa João XXIII, realizou o Concílio Vaticano II (1962-1965), que representou um marco histórico de transformações propostas pela Igreja com base na sua Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965), sobre a Igreja no mundo atual. Eleito papa em 1958, e vindo da Ordem Franciscana, João XXIII entendia que a Igreja não deveria viver paralela ao mundo, nem de costas para ele, mas deveria inserir-se no mundo para que o mundo seja salvo por ele (HUMMENS, 2005, apud SIGNORELLI, 2016, p. 55). Considerado inicialmente um papa de transição – sucedendo o pontificado de Pio XII, que liderou a Igreja durante a Segunda Guerra Mundial –, alguns grupos acusavam-no de ser radical e modernista por ter convocado o Concílio, que promoveria maior liberdade religiosa e

ecumenismo. Em seu discurso de abertura *Gaudet Mater Ecclesia*, contudo, denunciava os “profetas da desventura, que anunciam acontecimentos sempre infaustos, como se estivesse iminente o fim do mundo” (JOÃO XXIII, 2016).

Estabeleceu-se a necessidade de a Igreja estar atenta aos sinais dos tempos, manter diálogo com o mundo contemporâneo, compromisso com a justiça social, com a fraternidade universal, diálogo ecumênico, *aggiornamento* (atualização), maior participação dos fiéis, renovação pastoral, liberdade religiosa, entre outras deliberações. Esse espírito de renovação mantém seu funcionamento até hoje, com os setores mais progressistas da Igreja convocando os fiéis ao testemunho cristão e ao papel missionário que lhes cabe neste mundo atravessado por contradições e injustiças estruturais.

A autonomia conferida aos leigos se torna a pedra angular para a Igreja, em profundo diálogo com o mundo. Diríamos que o laicato, na sua adequada autonomia, sai do Concílio Vaticano II como o sujeito eclesial que propiciará o necessário diálogo com a modernidade, até para sua superação histórica (SIGNORELLI, 2016, p. 59).

2.2 A AMÉRICA LATINA E A CONFERÊNCIA DE MEDELLÍN (1968)

Em 1968, acontece a 2ª Conferência Geral do Episcopado em Medellín, na Colômbia, realizada pelo Papa Paulo VI. A Igreja reconhece as profundas desigualdades sociais da América Latina e a urgência em aplicar o Concílio Vaticano II, levando-se em conta as realidades específicas deste continente.

Foi tema central daquele encontro: a opção preferencial pelos pobres e o enfrentamento da opressão e da pobreza como pontos basilares da sua ação libertadora. Por isso, a Conferência de Medellín qualificou o estado de coisas existente na América Latina como uma situação de pecado, com uma repulsa ao Senhor. Essa qualificação, em sua globalidade e profundidade, não é apenas crítica a abusos individuais dos que gozam de maior poder nessa ordem social. É um questionamento de seus usos, a saber, um repúdio a todo o sistema imperante, ao qual pertence a própria Igreja (GUTIERREZ, 1983, p. 153).

Padres, religiosas e leigos foram perseguidos, torturados, mortos, mas a germinação das sementes destes ideais floresceu e frutificou rumo à conquista do reino de amor e justiça. A Conferência de Medellín se traduz em roteiro e diretriz da

Igreja em toda a América Latina. Neste período de turbulências ditatoriais em vários países latino-americanos, este evento foi um marco decisivo da Igreja em renovação.

Uma percepção mais evidente da trágica realidade do continente, as nítidas tomadas de posição determinadas pela polarização política, o clima de participação mais ativa na vida da Igreja criado pelo Concílio e o impulso da Conferência Episcopal de Medellín levaram o setor sacerdotal e religioso a ser um dos mais dinâmicos e inquietos da Igreja latino-americana.

Sacerdotes e religiosos, em proporção cada vez maior, procuraram participar mais ativamente nas decisões pastorais da Igreja. Pretendiam, porém, que esta rompesse suas ligações com uma ordem injusta e que, renovada a fidelidade ao Senhor que a convoca e ao Evangelho que Ele prega, comprometesse sua sorte com a daqueles que sofrem miséria e saque (GUTIERREZ, 1983, p. 93).

A ruptura revolucionária de uma parte da Igreja trouxe aos oprimidos a esperança e a percepção clara da tomada de posição em defesa dos excluídos e marginalizados e da desconstrução das estruturas conservadoras para a adubação do terreno arenoso dos que resistiam em ações permanentes de combate à opressão.

2.3 DOCUMENTO DE PUEBLA

Em 1979, sob o pontificado de João Paulo II, ocorreu a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizada em Puebla, de Los Angeles e havia grande expectativa para este evento. A América Latina estava agonizante, com sua população vivendo em condições miseráveis; índios e camponeses eram mortos, e suas terras eram espoliadas pelas elites fundiárias, apoiadas pelas ditaduras civis-militares que se instauravam em diversos países do continente.

Revelava-se a explosão da violência brutal, método utilizado pelos ditadores por meio de torturas e assassinatos de todos aqueles que denunciavam ou resistiam, desrespeitando completamente os direitos humanos. A política desenvolvimentista adotada nesse período beneficiou apenas as elites, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais e a concentração de renda, gerando aumento da fome e indiferença total ante à dignidade humana.

Diante de um contexto tão desafiador, estimulado pela imposição do medo que paralisa, a esperança do “povo de Deus”, reacendia a chama da fé, e os setores da Igreja vinculados aos oprimidos vislumbravam em Puebla, cujo tema central era “A evangelização no presente e no futuro da América Latina”, um convite para retomar as resoluções ocorridas em Medellín e amadurecê-las depois de dez anos, mantendo um olhar atento e crítico capaz de interagir com as entranhas de uma sociedade tão sofrida.

A opção preferencial pelos pobres deveria ocupar lugar central neste encontro. Sem essa base nuclear, o projeto da libertação não atingiria seu objetivo. Havia, portanto, um universo de disputas: de um lado, a Igreja conservadora, alinhada à “cristandade”, e do outro, os comprometidos com a Teologia da Libertação.

Em meio a divergências, disputas de interesses, intencionalidades e práticas distintas, o resultado foi considerado positivo. Puebla trouxe a reafirmação do Cristo histórico — a cristologia — que enxerga as bases para concretizar o reino de justiça e fraternidade nas ações/reflexões através da Boa Nova do Evangelho redivivo que se entrelaça em profundidade com a vida, na fecunda mensagem de amor e na alma revolucionária do Povo de Deus.

A opção da Igreja é proclamada na oração intitulada “Ave Maria latino-americana”, segundo Frei Beto (página 123, Diário de Puebla), que diz:

> Ave Maria
> grávida das aspirações de nossos pobres,
> o Senhor é convosco
> bendita sois vós entre os oprimidos,
> benditos os frutos de libertação do vosso ventre.
> Santa Maria
> mãe latino-americana rogai por nós
> para que confiemos no Espírito de Deus,
> agora que o nosso povo assume a luta por justiça
> e na hora de realizá-la em liberdade para um tempo de paz.
> Amém!

As CEBs se multiplicaram naqueles anos e seu reconhecimento foi legítimo em Puebla. O trabalho dinâmico e motivador da CEBs trouxe para a Igreja um sopro inquestionável de renovação e inspiração libertadora para a luta, travessia e conquista da dignidade humana, profetizando e vivenciando a comunhão com Cristo. Essa marcha ascensional do “Deus em nós” se traduz no amor ao próximo e tem sido fermento que constrói e reconstrói continuamente sua caminhada.

> Há uma interessante definição de comunidades eclesiais de base: “A CEB, como comunidade, integra famílias, adultos e jovens, em íntima relação interpessoal na fé. Como eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade, celebra a Palavra de Deus e nutre-se na Eucaristia, ápice de todos os sacramentos. Realiza a Palavra de Deus na vida por meio da solidariedade e do compromisso com o mandamento novo do Senhor e tornam presente e eficaz a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, através do serviço de coordenadores aprovados. É de base, por estar constituída por poucos membros, na forma permanente e à maneira de célula da grande comunidade.” Quando merece seu título de eclesialidade, elas podem conduzir, em fraterna solidariedade, sua própria existência espiritual e humana. (Frei Beto, apud Paulo VI, Diário de Puebla, p. 120)

A importância de Puebla está para além de um documento. Este momento não é estanque; está inserido em um contexto histórico, com suas possibilidades e o seu contínuo processo de busca e prática social pela libertação do povo oprimido.

> Puebla é mais que um documento. Abre pistas, ilumina, denuncia e anuncia e, sobretudo, incita a criatividade. O prosseguimento é justamente aqui que se encontra a sua força e autoridade. Ainda mais, dentro de suas limitações e preocupação com a ortodoxia, reflete em seu todo dez anos de prática de uma Igreja que se definiu pela liberdade dos pobres. Neste sentido, não se pode esquecer que Puebla é mais do que um documento. Puebla é, também, toda a preparação que envolveu, inclusive, as bases. É tudo o que dessa assembleia esperavam os pobres da América Latina, os agentes de pastoral, os profetas e os teólogos. Puebla é tudo isso que, agora, estamos realizando no plano prático e teórico (DOS SANTOS, Pe. Ben, 1979, p. 55).

A sua opção preferencial pelos pobres, e tendo os jovens como um dos pilares da evangelização e da esperança, deixa explícito o papel pastoral e social da Igreja e seu compromisso incessante pela coerência da sua prática evangelizadora, que articula a comunhão e a participação de todos os fiéis.

Nesse continente marcado pela opressão e pelo subdesenvolvimento, atravessado por ditaduras civis-militares, miséria, latifúndios e crescente concentração de renda aprofundam-se cada vez mais as desigualdades sociais. A sua estrutura pastoral se baseia na percepção e ruptura da realidade opressora a partir da fé operante e da força íntegra da consciência cristã.

2.4 SURGIMENTO DAS CEBs NO BRASIL

Os impactos da Conferência de Medellín se fizeram presentes no Brasil, que vivia sob a ditadura militar (1964 - 1985), nesse cenário as CEBs surgem e se desenvolvem como espaço de libertação e a Igreja passa a ser vista como o único lugar seguro para resistência.

A partir do método “ver, julgar e agir”, pessoas comuns e a classe trabalhadora — camponeses, donas de casa, operários, indígenas, lavadeiras, desempregados — se reuniam para discutir, à luz do Evangelho, os desafios cotidianos na perspectiva de ações concretas, como mutirões e abaixo-assinados, para a transformação da realidade opressora. Esses grupos, engajados politicamente, eram formados por animadores ou agentes pastorais, padres, leigos e religiosas, que logo perceberam a força da união como legítima expressão da caminhada libertadora.

A palavra “libertação” sobressai no vocabulário das CEBs. Ela está presente nos cânticos, na meditação do Evangelho, no plano de ação. Ela ajuda a comunidade a passar de uma consciência social reformista para a consciência da transformação social, da modificação do modo de produção capitalista. Não se trata de uma libertação meramente subjetiva, nem de medidas paliativas para as questões sociais. Sob um regime ditatorial fundado na exclusão política e econômica do povo, não é difícil chegar à raiz dos males sociais: a contradição entre o capital e o trabalho (BETTO, 1985, p. 24-25).

Através dos círculos bíblicos, as leituras do Evangelho eram interpretadas e fundamentadas a partir das necessidades do grupo estabelecendo relações entre o evangelho e a vida. A ação política, baseada na consciência coletiva e na cooperação, era o alicerce de sustentação desses encontros do “povo de Deus”.

As classes populares, através das comunidades eclesiais de base mobilizadas e organizadas, demonstram que os instrumentos mais eficazes na luta contra a opressão se encontram nas aspirações soberanas de ruptura da ordem dominante, para sua efetiva superação histórica.

A opção radical pelos marginalizados e explorados, que caracterizou o engajamento de Jesus de Nazaré, não supõe ódio aos ricos e poderosos. É dever da Igreja amá-los com todas as forças, isto é, buscar o bem deles de tal maneira que se consiga libertá-los da opressão em que se encontram, sem disso terem consciência. Amar os que mantêm a dominação sem libertá-los desse egoísmo e dessa ofensa ao povo de Deus é um falso amor, que nem faz justiça ao dominado nem cura a cegueira do dominador (BETTO, 1985, p. 12-13).

Nesse sentido, o discurso religioso se robustece na perspectiva político-libertadora. Não há dicotomia. O conteúdo da fé é coerente com o seu caráter profético de anunciar o Reino de Deus, que se expressa na negação do egoísmo em direção

ao acolhimento amoroso. A linguagem das classes populares e suas ações concretas de mudança da realidade transformam a essência das comunidades. São a seiva que as conduz, a raiz que as sustenta.

O desafio estava lançado pela esperança da libertação dos povos latino-americanos à Igreja: através de suas comunidades de base, de seus agentes pastorais, deve descobrir o modo mais evangélico de tornar esta esperança prática e eficaz de transformação da história e busca por um mundo de justiça e amor. Nessa tarefa, a questão a preocupar os cristãos não é a de saber se estão fazendo política ou evangelização. Só uma pergunta tem sentido e merece resposta: a que Jesus fez ao doutor da lei: “Quem está mais próximo do povo que foi saqueado e marginalizado?” (Lucas 10, 36) (BETTO, 1985, p. 14-15).

As CEBs se traduzem nessa mobilização de uma Igreja hierárquica, elitista e distante do povo, para uma organização que emerge das bases, constituindo-se como legítima representante dos anseios do povo oprimido. As mãos calejadas dos trabalhadores, as necessidades cotidianas das famílias, da classe trabalhadora e a ausência de teto, de terra, de emprego; o latifúndio, a exploração e a opressão econômica dos poderosos eram denunciados pelos participantes, que também anunciavam a esperança que brotava da energia encorajadora e da luta pela libertação.

As músicas, canções engajadas, revelavam as injustiças e proclamavam o Reino de Deus através de ação comunitária organizada. As missas eram celebradas em meio às ferramentas de trabalho e alimentos produzidos pelas comunidades, numa perfeita integração entre fé e vida. Os cadernos das CEBs, a Pastoral da Terra, a Pastoral da Saúde, os roteiros das reuniões, os jograis e as representações teatrais eram retratos das injustiças sociais e material vasto de convocação para a transformação, transpondo em uma linguagem acessível e próxima à realidade das pessoas as contradições e injustiças das relações de poder (econômicas, patronais, fundiárias e de gênero), bem como meios de combatê-las. Além disso, essa dimensão é reconhecida pela própria CNBB (2009), que afirma que:

> as Comunidades Eclesiais de Base têm tido, especialmente em alguns lugares, um providencial florescimento nos últimos anos, dando uma nova dinâmica para as paróquias e igrejas particulares com sua riqueza carismática, educadora e evangelizadora.

Tal formulação é importante porque evidencia que as CEBs não foram apenas uma forma de organização religiosa, mas também uma experiência educativa e comunitária.

Pela América Latina, na segunda metade do século XX, concretiza-se a descoberta real e exigente do mundo do outro, do pobre e da classe explorada, numa ordem social organizada econômica, política e ideologicamente por uns poucos e para os seus benefícios. Dessa sociedade, as classes populares marginalizadas e oprimidas, desde sempre, começaram a fazer ouvir a própria voz, a falar cada vez menos através de intermediários e a dizer diretamente a sua palavra, redescobrindo-se a si mesmas e fazendo com que o sistema percebesse que sua presença inquietadora começava a ser cada vez menos objeto de manipulação demagógica ou de assistência social mais ou menos disfarçada, para se transformar, pouco a pouco, em sujeito de sua própria história e criar uma sociedade radicalmente diferente (GUTIERREZ, 1983, p. 251).

As conquistas constitucionais de 1988 foram impulsionadas pelas CEBs, pois estes núcleos de convivência, ação e reflexão comunitária fortaleceram e frutificaram em todo o país ideias e testemunhos revolucionários. Partindo dessa base de mobilização desses grupos, a sociedade brasileira se firmou e se fortaleceu em suas reivindicações e práticas libertadoras.

2.5 AS CEBs EM MACARANI, NOS ANOS 80

2.5.1 História da Paróquia São Pedro de Macarani

A cidade de Macarani, situada na macrorregião sudoeste do estado da Bahia nasceu sob o signo do Cristianismo e da fé de seus fundadores, ao doarem uma área de terra para São Pedro. A primeira capela destinada ao culto católico foi construída pela população após a Santa Missão pregada por Frei Inocêncio e Frei Pedro em 1923.

Sob os cuidados do Padre Hemiliano da Fota Pessoa, também dos Padres Ramos e Padre Galdino, sendo construtor João Augusto da Silva (João de Laura). A comunidade religiosa era assistida pelo Padre Exupério Gomes, de Vitória da Conquista, que vinha de três em três meses realizar casamentos e batizados, e assim se seu até seu falecimento em 1935.

A comunidade de Macarani ficou sem padre por quase dois anos e foi assistida por freiras. Em fevereiro de 1937, chegou Padre Arnaldo de Castro. A vila de Macarani pertencia ao município de Encruzilhada, e sua emancipação deita raízes na dinâmica de crescimento da própria comunidade de devotos e devotas.

A Paróquia de Encruzilhada foi criada em 1935, e tinha o Padre Arnaldo de Castro como vigário. Anos mais tarde, o mesmo relata no *Livro Tombo* a justificativa para a criação da Paróquia São Pedro de Macarani, afirmando que "[havia] 22 pontos de missa, extensão territorial muito grande de Encruzilhada (452 Km²) e vasta população", o que dificultava a assistência à vida paroquial, e em suas palavras, um empecilho para "satisfazer os fiéis plenamente, e exercer de maneira completa a missão que lhe foi confiada".

Em junho de 1943, o então Bispo de Amargosa Dom Florêncio Sizinio Vieira visitou a vila de Macarani com Pe. Arnaldo, em comitiva "de mais 50 cavalheiros" (*Livro Tombo*, p. 3-4, linha 9), resolvendo adquirir a casa paroquial e os recursos necessários para transformar a então capela em Matriz Paroquial, sob o entusiasmo dos fiéis do local. Do encontro ficou então resolvido que a Paróquia de Encruzilhada seria dissolvida em duas. Em seu registro, Pe. Arnaldo afirma que a Vila de Macarani estava em franco desenvolvimento, e com quase idêntica população com Encruzilhada (1.025 habitantes). Traz também relatos geográficos e potenciais econômicos, tais como a riqueza do solo, da natureza, e do clima.

Em 9 de agosto de 1943, foi assinado o decreto de criação da Paróquia de Macarani, tendo como seu primeiro pároco, Padre Arnaldo de Castro, cuja nomeação encontra-se no *Livro Tombo*, folha nº. 01, "*Cum Officirem Paroqui In Eclesio Parochiali de Macarani"*, assinada pelo Bispo D. Feliciano Rodrigues Comechains. A emancipação política de Macarani se daria logo depois, em 03 de abril de 1944. Pe. Arnaldo ficou à frente da Paróquia até seu falecimento em junho de 1963, assumindo o Monsenhor João Félix Neto, vigário de Itapetinga.

QUADRO 1 – Relação de párocos da Paróquia São Pedro de Macarani

Período de Atividade	Pároco
1943 a 1963	Pe. Arnaldo Augusto de Castro
1963	Monsenhor João Félix Neto

1963 a 1971	Pe. Ângelo Braga da Costa
1971	Pe. Bruno Baldacci
1971 a 1972	Pe. Jaime Gustinelli
1972 a 1975	Pe. Léo Comissari
1976 a 1979	Pe. Arnaldo Lima Dias
1979 a 1986	Pe. Rafael de Paermentier
1983 a 1986	Pe. Getúlio Saggin
1986 a 1988	Pe. Miraldo José de Araújo
1987	Pe. Zanoni Demettino Castro
1989	Pe. Uilton Pereira da Silva
1989	Pe. Edilberto Araújo Amorim
1990 a 1992	Pe. José Vasconcelos dos Santos
1992 a 1997	Pe. Edilberto Araújo Amorim
1997 a 2004	Pe. Paulo Raimundo dos Santos
2005 a 2014	Pe. Carlos Barbosa Sampaio
2014 a 2017	Pe. José Carlos da Conceição
2018 a 2023	Pe. Irineu Moreira Meira
2023 - Atualmente	Pe. Luiz Cláudio Pereira Vieira

Fonte: *Livro Tombo* da Paróquia São Pedro de Macarani.

O *Livro Tombo* descreve várias passagens de grande valor documental e historiográfico, sendo um documento que registra não apenas as dinâmicas de dentro da Igreja, mas também fora dela, na medida em que a presença eclesial tem forte influência na história do próprio município. Algumas passagens presentes nos registros do *Livro Tombo* que valem a menção são:

- Fundação da Sociedade dos Vicentinos em 1948;
- Assinatura do decreto de criação da Diocese de Vitória da Conquista em 1957, separando o território da nova diocese da Diocese de Amargosa;
- Construção da Igreja Matriz de Macarani em 1960;
- Visita de D. Climério a Macarani em 1964 com a finalidade de ação pastoral voltada à conscientização política;
- Desfile de Vaqueiros em 1968;

- Criação do Conselho Paroquial em 1970;
- Encontro das comunidades no Zonal Macarani, Itarantim e Maiquinique em 1976;
- Visita a Valdemar, o torturado em 1977;
- Encontro das CEBs em 30 de julho de 1978 com a participação de 25 jovens, e o tema dos Direitos Humanos passa a ser estudado;

2.5.2 A Atuação das CEBs na década de 1980

Nos anos 1980, a Diocese de Vitória da Conquista, sob a direção do bispo Dom Climério, designa para Macarani, Maiquinique e Itarantim os padres Rafael (Belga) e Getúlio (Paranaense) que, fortemente comprometidos com a Teologia da Libertação, iniciaram um trabalho profético de engajamento das comunidades rurais e urbanas. Assim, nasciam as CEBs em Macarani.

É salutar trazer à baila a realidade local, caracterizada pela disputa política das famílias tradicionais pecuaristas, cujo poder econômico e grande propriedade de terras as tornavam lideranças capazes de interferir e controlar a dinâmica social, inclusive decidindo os rumos da própria Igreja.

Nesse cenário, a figura do padre Rafael representou uma ameaça aos poderes constituídos, sendo perseguido pelos poderosos — o que não o intimidou. As CEBs foram se desenvolvendo com a participação ativa da comunidade, que se via identificada, incluída e valorizada. As canções das CEBs eram convites à reflexão e à ação pastoral revolucionária.

> Sou, sou teu, Senhor,
> sou povo novo, retirante e lutador,
> Deus dos peregrinos, dos pequeninos,
> Jesus Cristo redentor.
> No Egito, antigamente, no meio da escravidão, Deus libertou o seu povo.
> Hoje ele passa de novo gritando a libertação.
> Para a terra prometida o povo de Deus marchou,
> Moisés andava na frente.
> Hoje Moisés é a gente quando enfrenta o opressor.
> (Zé Vicente, Bendito dos romeiros, 2000)

Os relatos orais e as memórias dos ex-participantes das CEBs em Macarani são registros riquíssimos de suas experiências e vivências, testemunho da partilha

cristã e do protagonismo desses grupos. É primordial mencionar que a atuação das CEBs em Macarani não acontecia de modo isolado. Nesse período, Anos 80, foram realizados em todo o Brasil encontros intereclesiais, nacionais e regionais, e a participação de companheiros e companheiras de Macarani, Maiquinique e Itarantim em alguns desses encontros foi fundamental para vitalizar as CEBs nesta região.

As trocas de experiências, o estímulo à luta e o acolhimento entre os irmãos eram um reconhecimento genuíno da realidade em que estavam inseridos. A participação desses membros das CEBs na primeira Romaria da Terra e diocese, celebrada na ocupação da Fazenda Santa Marta, localizada no município de Vitória da Conquista, foi testemunho de engajamento. Um caminhão com romeiros de Macarani, Maiquinique e Itarantim se fez presente nessa manifestação fecunda de fraternidade cristã.

Nem a Bíblia sozinha, nem a realidade da pobreza somente levaram a uma interpretação libertadora, mas antes a forma como se articulam essas duas realidades. Confrontando uma com a outra — a página da Escritura com a página da vida — é que aparece o impulso para o compromisso de transformação da sociedade. Partindo daí, o povo estabelece a ligação entre o religioso e o social (BOFF LEONARDO, 1986, p. 97).

Resgatar essas memórias, revisitar este passado, é essencial para o diálogo com o presente, ponte fundamental para o aprendizado histórico libertador.

> Fenômeno estritamente eclesial, as CEBs em nosso país nasceram no seio da Igreja-instituição e tornaram-se ‘um novo modo de ser Igreja’. Pode-se afirmar que é ao redor delas que se desenvolve e se desenvolverá, cada vez mais no futuro, a ação pastoral e evangelizadora da Igreja.
> (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*. Brasília, DF, 23 a 26 de novembro de 1982.)

O documento 25, divulgado pela CNBB, legitima a força das CEBs e este “novo modo de ser Igreja”. Esse legado, patrimônio material e imaterial de Macarani, precisa ser investigado e ensejar o conhecimento mais apurado sobre as contribuições desses grupos, dessa classe trabalhadora que compreendeu a mensagem cristã como sendo o caminho da fraternidade, a partir da autonomia do povo oprimido, que clama por supressão da ordem estabelecida pela dominação das elites econômicas para, pouco a pouco, alcançar a emancipação definitiva.

De onde vens, ó caminheiro?
Vim dos campos do sertão...
Pra onde vais, ó companheiro?
Vou querer ganhar meu pão!

1. Este chão é teu lugar...
Não precisas mais seguir.
Temos paz para te dar, temos pão pra repartir.
De onde vens, ó caminheiro?
Vim dos campos do sertão...
Pra onde vais, ó companheiro?
Vou querer ganhar meu pão!

2. Sou bem pobre e nada tenho que não caiba no olhar.
Amor trago de onde venho nessas mãos pra trabalhar.
De onde vens, ó caminheiro?
Vim dos campos do sertão...
Pra onde vais, ó companheiro?
Vou querer ganhar meu pão!

3. Caminheiros sem fadiga, somos pau da mesma cruz,
somos grãos da mesma espiga, peregrinos de Jesus.
De onde vens, ó caminheiro?
Vim dos campos do sertão...
Pra onde vais, ó companheiro?
Vou querer ganhar meu pão!
(Gildes Bezerra, Caminheiro, 1982)

As vozes até então silenciadas passam a ecoar no âmago das almas sensíveis e sofridas, com profundo ardor missionário. A escuta dessas narrativas deve, ainda hoje, soar como “o sal da terra” nas manifestações populares e seus contributos para uma nova mentalidade e práxis libertadora.

Neste processo de libertação está presente, aliás, explícita ou implicitamente, um substrato que convém não esquecer: a busca da libertação do subcontinente vai mais longe que a superação da dependência econômica, social e política. Consiste, mais profundamente, em ver o devir da humanidade como o processo de emancipação do homem ao longo da história, orientado para uma sociedade qualitativamente diferente, na qual o homem se sinta livre de toda servidão e seja o artífice de seu próprio destino. É buscar a construção de um homem novo (GUTIERREZ, 1983, p. 87).

É relevante destacar que os movimentos de resistência ocorriam tanto por parte dos opressores latifundiários como por parte da população que ainda não compreendia o alcance da mobilização e engajamento dos membros das CEBs. E, no entanto, a marcha solidária não se detinha ante os obstáculos inerentes à grandeza dos ideais de rompimento da realidade opressora.

Nos anos 1980, período de transição democrática, as ações organizadas das CEBs ganham maturidade em todo o Brasil, frutificando também em Macarani. Os personagens principais dessa história — o povo e a comunidade local — são fontes historiográficas de inquestionável relevância, pois trazem as marcas dessa travessia histórica fundamental para a nossa identidade cultural.

> Quem disse que não somos nada
> E que não temos nada para oferecer
> Repare as nossas mãos abertas
> Trazendo as ofertas do nosso viver
>
> A fé do homem nordestino
> Que busca um destino e um pedaço de chão
> A luta do povo oprimido
> Que abre caminho e transforma a nação
> Ô, ô, ô, ô, recebe Senhor
>
> Retalhos de nossa história bonitas vitórias que
> Meu povo tem: Palmares, Caldeirão, Canudos
> São lutas de ontem e de hoje também, ô, ô
> Ô, ô, recebe Senhor
>
> Aqui trazemos a semente sangue desta gente
> Que fecunda o chão, do gringo e tantos
> Lavradores Santo e operarios em libertação
> Ô, ô, ô, ô, recebe Senhor
>
> Coragem de quem dá a vida seja oferecida
> Com este vinho e pão. É força que destrói a
> Morte e muda nossa sorte é ressurreição
> Ô, ô, ô, ô recebe Senhor
> (Zé Vicente, Ofertório do Povo, 2000).

A partilha dos bens produzidos é a celebração da liturgia do amor, que fortifica e testemunha a vivência cristã. Trazer a Cristo para dialogar com todos e promover a dignidade humana é combater as desigualdades sociais tão perversas e excludentes.

Nas comunidades rurais, é comum ver celebrações em que os vasos litúrgicos são simples cuias, a toalha do altar é uma rede ou manta sobre a tosca mesa de uma casa, e o ofertório é composto de produtos plantados e colhidos pelos participantes. Quantas vezes não participei da celebração em que o pão eucarístico era este mesmo pão que compramos na padaria e comemos diariamente.

Ao seu lado, na mesa, viam-se ferramentas, jornais, abaixo-assinados, carteiras de trabalho e outros objetos que simbolizam a vida concreta da comunidade (BETTO, 1985, p. 19-20). Essas celebrações em Macarani formam o conjunto dessas

lutas palmilhadas pelos seus membros e simbolizam, de modo concreto, a comunhão fraternal revolucionária.

2.6 AS CEBs E O ENSINO DE HISTÓRIA

Com dimensões que vão além da liturgia católica, em seu escopo de mobilização e conscientização das camadas sociais escamoteadas pelo projeto de domínio da repressão militar (servido pelas elites locais), podemos afirmar que as CEBs representam um capítulo importante da história de Macarani.

Seu papel histórico libertador precisa ser incorporado ao ensino de história. Trazer para o debate em sala de aula as narrativas dos personagens locais e as memórias dos sujeitos comuns aproxima os estudantes de suas próprias realidades e vivências, conferindo-lhes um sentido existencial e despertando-os para a condição de autores de sua própria história. Os conceitos de tempo e espaço passam, assim, a ter um significado concreto.

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que se configura como prática de dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, bem como na negação de um mundo ausente dos homens (FREIRE, 1987, p. 70).

A leitura crítica do mundo é primordial para potencializar o saber e o ensino da história, instrumento indispensável à interação e ao diálogo com a realidade. Nesse processo, pouco a pouco, os estudantes vão se apropriando do conhecimento que liberta e da ação que humaniza.

Perceber e investigar os entornos que envolvem a comunidade local — suas lutas e sua identidade cultural — é dever e ofício do educador, consciente de seu papel e da tarefa imprescindível de planejar uma ação pedagógica transformadora. As CEBs oferecem pistas, indicam caminhos e constituem fontes históricas de grande relevância.

CAPÍTULO 3
MEMÓRIA DOS PARTICIPANTES DAS CEBs EM MACARANI NOS ANOS 80

O presente capítulo investiga as memórias de antigos membros das Comunidades Eclesiais de Base em Macarani, tomando como recorte principal a década de 1980. O interesse por esta temática decorre da compreensão de que as CEBs constituíram espaços de sociabilidade, formação religiosa, política, organização comunitária e participação popular, articulando fé e vida concreta em contextos marcados por desigualdades sociais e por experiências coletivas de resistência. Em Macarani, essas experiências se inscrevem na história viva da cidade, isto é, na lembrança de moradores, na atuação das comunidades e nas formas pelas quais os sujeitos locais narram seu próprio passado.

Ao recuperar essas memórias, o estudo busca não apenas reconstituir aspectos da história local, mas também compreender como essas experiências podem contribuir para o ensino de História a partir da perspectiva da educação popular.

A cidade de Macarani, como lugar de pertencimento, de sociabilidade e de transformações históricas, oferece um campo privilegiado para pensar a relação entre memória, comunidade e ensino. Nesse sentido, as lembranças sobre as CEBs não se limitam à esfera religiosa; elas ajudam a iluminar práticas cotidianas, redes de solidariedade e formas de organização social e política que compõem a própria experiência histórica do município.

A centralidade de Paulo Freire neste trabalho se justifica porque sua obra oferece um quadro interpretativo capaz de iluminar a experiência das CEBs como processo educativo, político e cultural. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) concebe a educação como prática de liberdade na qual os sujeitos se humanizam na relação com o mundo e com os outros. Essa concepção é decisiva para compreender as CEBs não apenas como espaços religiosos, mas como ambientes de formação crítica, participação coletiva e produção de consciência histórica.

Em uma cidade como Macarani, esse horizonte ganha contornos concretos nas memórias de moradores que viveram encontros comunitários, celebrações, leituras bíblicas e experiências de participação no cotidiano da paróquia, dos bairros e da zona

rural. Um dos conceitos mais importantes para essa leitura é o de humanização. Para Freire (1987), a vocação ontológica do ser humano é tornar-se mais plenamente humano, mas essa possibilidade é constantemente ameaçada por estruturas de opressão que silenciam, subordinam e impedem a participação dos sujeitos na construção de sua própria história.

A humanização, portanto, não é um dado natural; ela é uma tarefa histórica feita de luta, reflexão e prática. Em Macarani, as CEBs podem ser interpretadas como espaços em que sujeitos populares buscaram afirmar sua dignidade, sua palavra e sua presença social. As narrativas dos antigos participantes, quando escutadas como fontes históricas, revelam experiências de pertencimento e de reconhecimento mútuo que dialogam diretamente com essa perspectiva freiriana.

Correlato a esse conceito está o de desumanização, entendido por Freire (1987) como resultado das relações opressoras que afastam as pessoas de sua condição de sujeitos históricos. A desumanização não é uma essência do oprimido, mas uma condição produzida por estruturas sociais que limitam a palavra, a participação e a capacidade de intervenção no mundo. Ao analisar as memórias das CEBs em Macarani, é possível perceber como a participação comunitária, a solidariedade e a reflexão religiosa e política podem ter funcionado como formas de resistência à passividade e ao isolamento social. As comunidades, neste caso, aparecem como lugares em que os participantes se reconheciam uns aos outros como sujeitos capazes de agir e de interpretar o mundo.

Outro conceito decisivo é o de educação bancária. Freire (1987) critica a prática educativa em que o professor deposita conteúdos no aluno, tratando-o como recipiente passivo. Em oposição a esse modelo, propõe-se a educação problematizadora, baseada no diálogo, na curiosidade crítica e na construção compartilhada do conhecimento.

A referida distinção é particularmente útil para pensar as CEBs, pois nelas a formação não se dá por imposição vertical, mas por encontros: leitura de realidade, partilhas de experiências e discussão comunitária. Em Macarani, as reuniões, celebrações e encontros das comunidades podem ser lidos como momentos em que a palavra circulava e a vida concreta era interpretada coletivamente.

A dialogicidade ocupa lugar fundamental nessa análise. Para Freire (1987), o diálogo não é apenas troca de informações, mas relação ética e política entre sujeitos

que se reconhecem como inacabados e abertos ao aprendizado. O diálogo pressupõe escuta, humildade e compromisso com a transformação da realidade.

Nas CEBs de Macarani, esse princípio pode aparecer nas conversas, nas leituras bíblicas, nas celebrações e discussões sobre problemas da comunidade. Os depoimentos dos entrevistados, ao narrar essas vivências, tendem a revelar um cotidiano marcado pela palavra compartilhada e pela reflexão coletiva, o que reforça o caráter pedagógico dessas experiências.

Associada ao diálogo está a conscientização, conceito em que Freire (1987) designa o processo pelo qual os sujeitos— Passam a ler criticamente a sua realidade e a perceber as relações de poder que a estruturam. Conscientizar-se não significa apenas compreender intelectualmente um problema, mas desenvolver uma postura histórica diante dele.

No contexto das CEBs em Macarani, isso ajuda a entender como a prática comunitária podia articular espiritualidade e leitura social do mundo, levando os participantes a refletirem sobre pobreza, desigualdade, trabalho, direitos e participação. As memórias recuperadas nesta pesquisa podem, portanto, mostrar que a fé não era vivida de forma desligada da realidade social, mas como parte de uma leitura crítica da vida local.

A noção da práxis também é essencial para esta análise. Em Freire (1987), práxis é a unidade entre reflexão e ação; é o movimento pelo qual o sujeito interpreta o mundo e age para transformá-lo. Não basta refletir sobre a realidade: é preciso intervir nela.

As CEBs podem ser lidas como espaços de práxis popular, na medida em que combinavam reflexão bíblica, organização comunitária e ação concreta em favor da vida coletiva. Em Macarani, essa experiência aparece ligada à vida cotidiana, às necessidades materiais, às redes de ajuda entre vizinhos, e à presença ativa de lideranças leigas, mulheres e jovens.

Do ponto de vista metodológico, a história oral é o caminho mais adequado para acessar essas experiências. As entrevistas com antigos membros das CEBs permitem captar não só os fatos lembrados, mas também o modo como esses fatos foram significados ao longo do tempo. Em uma perspectiva freiriana, a entrevista não deve ser tratada como extração de informação, mas como encontro entre sujeitos.

A escuta respeitosa do pesquisador, nesse caso, se aproxima da ética do diálogo porque reconhece o entrevistado como portador de saber e de experiência. Isso é coerente com a educação popular, que valoriza a palavra do sujeito e o conhecimento produzido na vida concreta (MEIHY; HOLANDA, 2007).

As narrativas orais devem ser compreendidas como construções de sentido, e não como simples espelhos do passado. Nesse ponto, Bosi (2003) é fundamental ao mostrar que a memória é socialmente situada e atravessada por afetos, silêncios e reinterpretações.

Halbwachs (2006), por sua vez, permite compreender que lembrar é sempre um ato relacionado a quadros sociais de memória; isto é, há referências coletivas que orientam a recordação individual. Assim, ao entrevistar antigos membros das CEBs em Macarani, o pesquisador não acessa apenas lembranças isoladas, mas formas compartilhadas de interpretar a experiência vivida no município.

A história oral, nesse sentido, não busca exclusivamente a confirmação factual dos eventos. Como observa Portelli (2010), o valor da fonte oral reside também em sua subjetividade, em seus deslocamentos temporais e naquilo que revela o sentido do vivido. Essa abordagem é especialmente importante para uma pesquisa sobre memórias da CEBs em Macarani, pois permite reconhecer que os depoimentos são atravessados por fidelidades afetivas, disputas de interpretação e reelaboração do passado. A oralidade, portanto, não empobrece a pesquisa histórica; ao contrário, amplia suas possibilidades interpretativas.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As entrevistas foram realizadas com base nos princípios da história oral de vida, observando-se orientações metodológicas de Ferreira (2002) e Alberti (2004). A seleção dos depoentes considerou a participação ativa nas CEBs entre 1980 e 1989 em Macarani e comunidades vinculadas.

Foram utilizados roteiros semiestruturados que permitiram a emergência de temas como: mobilizações comunitárias e políticas; relações com sindicatos e movimentos sociais; lutas das mulheres e questões de gênero; mutirões e práticas de ajuda mútua; impactos das CEBs na formação política e cidadã. Os depoimentos foram gravados, transcritos integralmente e, após análise de conteúdo, sintetizados em eixos temático organizados nos quadros analíticos a seguir:

3.2 QUADROS ANALÍTICOS: TABULAÇÃO DAS NARRATIVAS

QUADRO 2 – Tabulação de Depoimento

Depoente:	Adnê Almeida de Sousa
Idade Atual:	85 anos (12/06/1941)
Atuação nas CEBs nos Anos 80	Coordenação de Círculo Bíblico; Pastoral da Terra.
Mobilizações das CEBs	Reuniões semanais, orações e discussões de problemas da comunidade.
Sindicatos e Lutas Trabalhistas	Participação em sindicato de trabalhadores rurais; Romaria de apoio aos pequenos proprietários da Barragem de Anagé; 1ª Romaria da Terra Santa Marta; Abaixo-assinado pela Constituição.
Lutas das Mulheres	Enfrentamento à violência doméstica e apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade.
Mutirões e Solidariedade	Organização de mutirões para distribuição de alimentos e divisão de tarefas comunitárias.
Formação Política e Cidadã	Participação em conselhos municipais (cobrança de melhorias urbanas); Representação teatral acerca dos desafios cotidianos e desigualdades socias; Reuniões político-partidárias para formação de lideranças políticas[1]; Protestos contra o assassinato de trabalhadores do campo; 1º Presidente do Partido das Trabalhadores (PT) em Macarani.

Fonte: Entrevistas realizadas entre 26 e 27 de julho de 2026 por Alfrêdo Prates de Souza.

[1] Alguns membros das CEBs disputaram eleições para os cargos eletivos de vereador, deputado estadual e deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

QUADRO 3 – Tabulação de Depoimento

Depoente:	Antônio Leolino de Almeida
Idade Atual:	80 Anos (25/09/1945)
Atuação nas CEBs nos Anos 80	Coordenação de Círculo Bíblico; Pastoral da Terra.
Mobilizações das CEBs	Reuniões semanais, orações e discussões de problemas da comunidade.
Sindicatos e Lutas Trabalhistas	Participação em sindicato de trabalhadores rurais; Romaria de apoio aos pequenos proprietários da Barragem de Anagé; 1ª Romaria da Terra Santa Marta; Abaixo-assinado pela Constituição.
Lutas das Mulheres	Enfrentamento à violência doméstica e apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade.
Mutirões e Solidariedade	Organização de mutirões para distribuição de alimentos e divisão de tarefas comunitárias.
Formação Política e Cidadã	Participação em conselhos municipais (cobrança de melhorias urbanas); Representação teatral acerca dos desafios cotidianos e desigualdades socias; Reuniões político-partidárias para formação de lideranças políticas; Protestos contra o assassinato de trabalhadores do campo;

Fonte: Entrevistas realizadas entre 26 e 27 de julho de 2026 por Alfrêdo Prates de Souza.

QUADRO 4 – Tabulação de Depoimento

Depoente:	Miraldo José de Araújo
Idade Atual:	66 Anos (12/08/1960)
Atuação nas CEBs nos Anos 80	Padre da Paróquia São Pedro de Macarani; Celebrações eucarísticas
Mobilizações das CEBs	Encontros com coordenadores e coordenadoras de aprofundamento Fé x Vida
Sindicatos e Lutas Trabalhistas	Reuniões com os trabalhadores rurais e associações; Romaria de apoio aos pequenos proprietários da Barragem de Anagé; 1ª Romaria da Terra Santa Marta;
Lutas das Mulheres	Enfrentamento à violência doméstica; organização das mulheres e apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade.
Mutirões e Solidariedade	Organização de mutirões para distribuição de alimentos e divisão de tarefas comunitárias.
Formação Política e Cidadã	Reuniões político-partidárias para formação de lideranças políticas

Fonte: Entrevistas realizadas entre 26 e 27 de julho de 2026 por Alfrêdo Prates de Souza.

QUADRO 5 – Tabulação de Depoimento

Depoente:	Arlete Souza Santos e Santos
Idade Atual:	65 Anos
Atuação nas CEBs nos Anos 80	Preparação da liturgia das celebrações; Pastoral da Mulher
Mobilizações das CEBs	Reuniões semanais, orações e discussões de problemas da comunidade.
Sindicatos e Lutas Trabalhistas	Participação em sindicato de trabalhadores rurais;

	Romaria de apoio aos pequenos proprietários da Barragem de Anagé; 1ª Romaria da Terra Santa Marta; Abaixo-assinado pela Constituição.
Lutas das Mulheres	Enfrentamento à violência doméstica e apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade.
Mutirões e Solidariedade	Organização de mutirões para distribuição de alimentos e divisão de tarefas comunitárias.
Formação Política e Cidadã	Participação em conselhos municipais (cobrança de melhorias urbanas); Representação teatral acerca dos desafios cotidianos e desigualdades socias;

Fonte: Entrevistas realizadas entre 26 e 27 de julho de 2026 por Alfrêdo Prates de Souza.

QUADRO 6 – Tabulação de Depoimento

Depoente:	Marlene Maria da Silva
Idade Atual:	64 Anos
Atuação nas CEBs nos Anos 80	Pastoral da Mulher Marginalizada; Articulação comunitária.
Mobilizações das CEBs	Reuniões comunitárias; Articulação com movimentos sociais.
Sindicatos e Lutas Trabalhistas	Articulação com sindicatos rurais.
Lutas das Mulheres	Protagonismo feminino em pastorais; Ações comunitárias.
Mutirões e Solidariedade	Escuta ativa e acolhimento de lavadeiras-de-roupa e mulheres em situação de prostituição,
Formação Política e Cidadã	Atuação em conselhos e movimentos sociais.

Fonte: Entrevistas realizadas entre 26 e 27 de julho de 2026 por Alfrêdo Prates de Souza.

QUADRO 7 – Tabulação de Depoimento

Depoente:	Anscário Viana Rocha
Idade Atual:	61 Anos
Atuação nas CEBs nos Anos 80	Agente de pastoral; Liderança em mutirões.
Mobilizações das CEBs	Círculos bíblicos; Ações comunitárias.
Sindicatos e Lutas Trabalhistas	Luta em defesa dos trabalhadores rurais; Combate aos sindicatos “pelegos”; Liderança do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Encruzilhada em 1986.
Lutas das Mulheres	Enfrentamento à violência doméstica e apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade.
Mutirões e Solidariedade	Mutirões para construção de infraestrutura comunitária.
Formação Política e Cidadã	---

Fonte: Entrevistas realizadas entre 26 e 27 de julho de 2026 por Alfrêdo Prates de Souza.

3.3 ANÁLISE TEMÁTICA DAS NARRATIVAS

As narrativas evidenciam que as CEBs em Macarani funcionavam como espaços de encontro semanal, onde se articulavam práticas religiosas e ações comunitárias. Os círculos bíblicos eram momentos de reflexão crítica sobre a realidade local, inspirados pela Teologia da Libertação.

As reuniões fortaleciam laços de solidariedade e serviam de base para mobilizações coletivas, como reivindicações por melhorias urbanas e rurais, visto a exemplo, nos relatos sobre a romaria à Terra Santa Marta em Vitória da Conquista, pela conscientização dos trabalhadores rurais em relação aos seus direitos trabalhistas e dos assentados mobilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra (MST). Nota-se que há uma forte inserção entre as CEBs e os sindicatos locais (Encruzilhada, Vitória da Conquista, Anagé e Cândido Sales), especialmente no campo rural e em categorias urbanas emergentes. Muitos depoentes relatam que a experiência comunitária nas CEBs foi determinante para sua inserção em movimentos sindicais.

O protagonismo feminino é outro eixo central nas memórias das CEBs. As mulheres não apenas compunham a maioria dos grupos, mas também lideravam iniciativas de enfrentamento à violência doméstica, organização de pastorais (como a Pastoral da Mulher Marginalizada ligada à Comissão Nacional dos Bispos do Brasil) e articulação de redes de apoio. Em um dos relatos, foram resgatas ações de escuta e apoio a mulheres em condições precárias no trabalho doméstico, em especial as lavadeiras-de-roupas, que possuíam uma remuneração completamente incompatível com o árduo trabalho que executavam, e sentiam-se constrangidas demais para reivindicar melhores condições. Outra ação de destaque relatada foi a escuta ativa e ajuda a mulheres em situação de prostituição, que em sua maioria encontravam-se marginalizadas econômica e socialmente. Houve trabalho para que essas mulheres tivessem atendimento médico, e, segundo relato, algumas conseguiam abandonar a prostituição. Essa presença feminina nos trabalhos das CEBs desafia narrativas tradicionais que invisibilizam o papel das mulheres nos movimentos sociais da época.

Outra atividade relatada são os mutirões, que emergem como práticas concretas de ajuda mútua, envolvendo construção de moradias, distribuição de alimentos e organização de festas comunitárias. Essas ações reforçavam o sentido de comunidade e eram fundamentais para a sobrevivência de famílias em situação de vulnerabilidade. Concomitante à toda atuação religiosa e mobilização social, as CEBs funcionavam como espaços de formação política, onde se discutiam direitos, cidadania e participação em conselhos municipais. Alguns depoentes relatam até mesmo experiências de candidatura popular articuladas a partir das redes comunitárias.

3.4 AS CEBs EM MACARANI E O ENSINO DE HISTÓRIA

As memórias das CEBs em Macarani oferecem um rico material para o ensino de História, especialmente no contexto da educação básica. A história oral, como metodologia, permite que os estudantes se aproximem de narrativas locais,

valorizando a diversidade de experiências e a construção coletiva do conhecimento histórico.

Sugere-se a elaboração de atividades didáticas que incluam: análise de trechos de entrevistas (adaptadas); produção de linhas do tempo comunitárias; debates sobre o papel das CEBs na redemocratização; elaboração de murais ou exposições com fotografias e depoimentos. Essas práticas contribuem para uma pedagogia histórica crítica, conectada à realidade local e comprometida com a formação cidadã.

Em suma, as memórias trazidas pelos depoentes sobre suas vivências dentro das CEBs revelam uma trama complexa de mobilizações, lutas e solidariedade que marcam a história recente do município. A tabulação e análise dessas narrativas não apenas enriquecem o entendimento sobre o passado local, mas também oferecem subsídios para uma prática pedagógica inovadora no ensino de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o dia de paz renascer,
quando o sol da esperança brilhar
eu vou cantar.
Quando o povo nas ruas sorrir
e a roseira de novo florir
eu vou cantar.
Quando as cercas caírem no chão
quando as mesas se encherem de pão
eu vou cantar.
Quando os muros que cercam jardins, destruídos
então os jasmins vão perfumar.
Vai ser tão bonito se ouvir a canção
Cantada de novo
No olhar da gente, a certeza de irmãos
Reinado do povo
Vai ser tão bonito se ouvir a canção
Cantada de novo
No olhar da gente, a certeza de irmãos
Reinado do povo
(Zé Vicente, Utopia, 1995)

Esta dissertação teve como objetivo compreender as memórias das Comunidades Eclesiais de Base em Macarani nos Anos 1980 e sua relação com o ensino de História. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que essas memórias não se restringem a lembranças individuais ou religiosas, mas exprimem experiências sociais coletivas marcadas por participação, sociabilidade, formação política e construção de pertencimentos.

Nesse sentido, ao recuperar essas narrativas, o trabalho demonstrou que as CEBs funcionaram como espaços de produção de sentidos sobre a realidade local, articulando fé, vida comunitária e consciência histórica. A relevância desse objeto se confirma quando se reconhece que a história regional e local não constitui um apêndice da história nacional, mas um campo privilegiado para a observação de relações de poder, práticas sociais e dinâmicas culturais.

No plano empírico, as entrevistas e os depoimentos reunidos evidenciaram que as CEBs eram vividas como espaços de encontro, escuta e participação. Neles, a leitura da Bíblia, a reflexão sobre a realidade e a atuação de lideranças leigas contribuíam para a formação de sujeitos mais comprometidos com a vida comunitária.

Por conseguinte, a dimensão pedagógica dessa experiência mostra-se central para o ensino de História. Ao serem trabalhadas em sala de aula, as memórias das CEBs permitem abordar história local, religiosidade popular, organização comunitária

e participação social de maneira significativa. Desse modo, o estudo das CEBs em Macarani contribui para aproximar o conteúdo escolar da vivência dos estudantes, fortalecendo um ensino de História mais situado, crítico e socialmente relevante.

Ao mesmo tempo, a pesquisa reafirma a importância da memória como categoria histórica. A memória é atravessada por seleções, esquecimentos e reconstruções, de modo que o testemunho não deve ser tomado como reprodução imediata do passado, mas como uma construção interpretativa. Essa compreensão orientou o tratamento das entrevistas nesta dissertação, permitindo valorizar a oralidade sem abrir mão da crítica documental e do cruzamento de fontes.

Assim, a memória foi compreendida não como prova absoluta, mas como acesso privilegiado às formas pelas quais os sujeitos elaboram sua experiência histórica, assim nota-se que as lembranças comunitárias, como são as das CEBs, não pertencem restritas à esfera privada; ao contrário, elas são transmitidas, atualizadas e reativadas em narrativas coletivas, rituais e práticas de pertencimento. No caso de Macarani, isso significa que a memória da CEBs se converte em patrimônio simbólico da comunidade, ajudando a sustentar identidades, valores e referências compartilhadas ao longo do tempo.

Do ponto de vista teórico-metodológico, esta dissertação também dialoga com os estudos sobre memória, cultura histórica e ensino de História desenvolvidos por pesquisadores da área. Em razão disso, essa discussão ajuda a compreender a relevância de temas como as CEBs, que permitem incorporar ao currículo escolar experiências historicamente marginalizadas, ampliando a diversidade de narrativas sobre o passado.

A inserção regional, por sua vez, é fundamental para o Mestrado Profissional em História da UESB, cuja vocação envolve a produção de conhecimento histórico articulado à educação básica e à realidade social do território. Nesse contexto, a pesquisa demonstra que o ensino de História pode ser enriquecido pela incorporação das memórias locais, especialmente quando estas são analisadas criticamente e transformadas em material pedagógico.

Assim, as CEBs em Macarani oferecem um campo fértil para atividades como entrevistas, oficinas de história oral, análise de documentos, construção de linhas de tempo e elaboração de sequências didáticas. Além disso, a dissertação contribui para a valorização da história local como patrimônio cultural e pedagógico.

Em municípios do interior, muitas experiências relevantes permanecem apenas na oralidade e correm o risco de desaparecer com o tempo. Por essa razão, ao registrar e interpretar essas memórias, o trabalho cumpre uma função de preservação e de reconhecimento histórico. Isso se mostra especialmente significativo no caso das CEBs, uma vez que suas práticas envolveram sujeitos que, em grande medida, não aparecem nas narrativas mais tradicionais da História política ou eclesial.

É necessário destacar que o uso de fontes orais exige cautela metodológica. A memória é sempre seletiva, situada e atravessada por silêncios, afetos e reinterpretações. Por isso, os depoimentos foram confrontados com bibliografia e com fontes institucionais, buscando conferir densidade analítica ao texto. Entende-se que a história oral não pretende substituir o documento, mas ampliar a compreensão histórica por meio da escuta dos sujeitos.

Em termos pedagógicos, o estudo permite propor um conjunto de ações para o ensino de História na educação básica. Entre elas, destacam-se entrevistas com antigos participantes das CEBs, produção de narrativas pelos estudantes, organização de exposições sobre memória e religiosidade local, análise de fotografias, cartas e documentos comunitários, elaboração de mapas afetivos e cronologias da comunidade, além do desenvolvimento de projetos interdisciplinares sobre cidadania, participação e história regional.

Concluiu-se, portanto, que as memórias das Comunidades Eclesiais de Base em Macarani nos Anos 1980 constituem uma fonte histórica relevante e um recurso pedagógico valioso. Elas evidenciam formas de participação comunitária, solidariedade, espiritualidade e formação social que marcaram profundamente a trajetória de muitos sujeitos e deixaram heranças duradouras na vida local quando trabalhadas no ensino de uma História mais crítica, contextualizada e comprometida com o território.

O legado das CEBs foi marcado por lutas e resistências, e a esperança expressada nos gestos concretos de entrega, doação e fé conferem-lhe cidadania libertadora, que profetiza a justiça e a caridade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História Oral: A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016.

BETTO, Frei. **Diário de Puebla**. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Brasília, DF: Edições CNBB, 2018.

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo: eclesiogênese, a Igreja que nasce da fé do povo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BORTONE, Elaine de Almeida. A presença de empresários do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) nas empresas estatais federais: o caso do setor financeiro (1964-1967). In: PICCOLO, Monica. (Org.). **Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo. Rupturas e Continuidades.** 1ed. São Luiz: Editora UEMA, 2016, v. 1, p. 73-101.

BOSI, Ecléa. **O tempo Vivo da Memória:** Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARDIJN, Joseph. **Ação Católica e método ver, julgar e agir**. Roma: Juventude Operária Católica Internacional, 1961.

CONCÍLIO VATICANO II (1962–1965). **Constituição pastoral Gaudium et spes: sobre a Igreja no mundo de hoje**. São Paulo: Paulinas, 1966.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Documento de Puebla: evangelização no presente e no futuro da América Latina**. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Documentos de Medellín: conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. Bogotá: CELAM, 1968.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil**. Documento n. 25. Brasília, DF: CNBB, 1982.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **CEBs e Pequenas Comunidades Eclesiais**. Brasília: CNBB, 2009. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/cebs-e-pequenas-comunidades-eclesiais/ Acesso em: 08 jul. 2026.

CORDIER, Jorge Próspero Picques. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira do viver, perder à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

CURY, Carlos Roberto J. Gestão Democrática da Educação: Exigências e Desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.18, n.2, jul/dez. 2002.

DIAS, J. A. **A subversão da ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

DIAS, J. A. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DOS SANTOS, Pe. Bem. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina:** Conclusões da Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. São Paulo: Paulinas, 1979.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA, Elenice S. La Nouvelle Histoiree o ressurgimento da História Local: contribuições para a pesquisa em História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, v.21, p.1-20,e126, 2022.

FERREIRA, Marieta. **História Oral: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O golpe de estado de 1964 na Bahia**. Fundação Joaquim Valance. Disponível em: www.fundaj.gov.br. Acesso em: 1 dez. 2025.

FERREIRA Jr., A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação: perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

JOÃO XXIII, Papa. **Discurso de Sua Santidade Papa João XXIII na Abertura Solene do SS. Concílio**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html Acesso em 14 set. 2026.

JOÃO XXIII, Papa. **Pacem in terris**. Roma: Tipografia Poliglota Vaticana, 1963.

KASPER, Walter. **Teologia e Igreja**. São Paulo: Loyola, 1989.

LAMONIER, Bolívar. **Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Auguri, 2015.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral:** Como Fazer, Como Pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. **De Artigos a poesias marginais:** A imprensa alternativa parnaibana da década de 1970. 2010. 46 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2010.

OLIVEIRA, A. J., CAMARGO, Érica, COSTA, Fernanda. **A Imprensa Conquistense nos Tempos da Ditadura**. Disponível em: https://focanativa.wordpress.com/2016/04/11/a-imprensa-conquistense-nos-tempos-da-ditadura/ Publicado em: 11 de abril de 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, B. A., BRAGA, C. M., MARTINHO, M., & DOS SANTOS, S. R. R. A história Local, Memória e Identidade: Aspectos Fundantes no Processo Identitário dos Estudantes. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**. São José dos Pinhais, v. 16, n.9, p. 17652-17666, 2023.

PAULO VI, Papa. **Evangelii nuntiandi**. Roma: Vaticano, 1975.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PREFEITURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Monumentos**. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/monumentos/ Acesso em: 01 dez. 2025.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, A. C. **Anos entre amigos: história da militância de P. de B. em Salvador (1965-1973)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Pe. Ben dos. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina: conclusões da Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria Braga. Memória, Cultura Histórica e Ensino de História. **História e Cultura**. Franca, v. 4, n. 2, p. 16-25, 2015.

SIGNORELLI, Carlos. **O Vaticano II e a política**. São Paulo: Paulus, 2016.

SIGNORELLI, Ivo. **Leigos e leigas na Igreja do Brasil: uma leitura teológica**. Petrópolis: Vozes, 2016.

SILVA, Vitória Régia Ferreira da; PINA, Maria Cristina Dantas. O Ensino de História no Contexto da Ditadura Civil-Militar: Narrativas Dos Professores Em Vitória Da Conquista-Bahia (1964-1985). **Revista Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v.18, n.49, 2022.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Belarmino. **Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: Imprensa e memória nas disputas políticas em Vitória da Conquista (1962-1992)**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOUZA, Belarmino. **Uma Cidade do Sertão em Meio à Ditadura e à Redemocratização:** Poder e Sociedade – Vitória da Conquista (1962–1922). Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020.

SOUZA, Belarmino. Mandonismo e Poder Local no Sertão da Ressaca. **Politeia - História e Sociedade**. Vitória da Conquista, v. 20, n. 2, p. 74–94, 2022.

ARAÚJO, Suzala Moreira Reis. **Flores esquecidas no Jardim das Borboletas: do luto impossível aos lugares de memória**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2025.

VANDRÉ, Geraldo. **Pra não dizer que não falei das flores**. In: ____. **Canções de resistência**. Rio de Janeiro: Philips Records, 1968. (Gravação sonora).

VEREADORES INSTALAM Comissão da Verdade de Vitória da Conquista. Disponível em: https://vermelho.org.br/2013/08/23/vereadores-instalam-comissao-da-verdade-de-vitoria-da-conquista/ Acesso em: 07 dez. 2025.

VICENTE, Zé. Bendito dos romeiros. In: ____. **Cantos de caminhada**. São Paulo: Paulinas, 2000. (Gravação sonora).

VICENTE, Zé. Ofertório do povo. In: ____. **Missa dos pobres**. São Paulo: Paulinas, 2000. (Gravação sonora).

VICENTE, Zé. **Utopia**. São Paulo: Paulinas, 1989. (Gravação sonora).

ZACHARIADHES, Grimaldo C. **Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS**. Salvador: EDUFBA, 2007.

ZACHARIADHES, Grimaldo C. **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos**. Salvador: EDUFBA, 2008.

APÊNCICE A – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE ADNÊ ALMEIDA DE SOUSA

(Alfrêdo) Você começou a participar das CEBs na zona rural ou urbana? Quando? Além de rezar o que mais conversava?

(Adnê) Comecei a participar das CEBs na zona urbana, nos Anos 70. Lia o texto bíblico referente, por exemplo, às comunidades do êxodo, que relata a retirada do povo hebreu do Egito, que vivia sob o jugo do rei Faraó, conduzido por Moisés, comparando aquele contexto com as comunidades dos Anos 70, 80...

(Alfrêdo) Você participou de algum curso de educação e/ou formação promovido pela CEB? Como: Sindicato, Grupo de Mulheres, Abaixo-assinado pela Constituição, Romaria de Apoio à Pequenos Proprietários da Barragem de Anagé, 1° Romaria da Terra Santa Marta...

(Adnê) Participei de zonais referentes a estes temas, incluindo também viagens para Anagé, Fazenda Santa Marta em Vitória da Conquista, lutando pela posse da terra nestas comunidades para os menos favorecidos. Participei do abaixo-assinado pela Constituição de 1988, e pela criação de leis que garantissem direitos aos trabalhadores à posse da terra, a fim de que eles produzissem mais alimentos para sustento próprio e de suas famílias e comunidade. Participei da criação de sindicatos e da criação do Partido dos Trabalhadores em Macarani sendo o primeiro presidente.

(Alfrêdo) As Campanhas da Fraternidade e a campanha de preparação do Natal ajudavam a abrir os olhos para causas sociais?

(Adnê) Sim. Com certeza, na zona urbana, a questão da moradia, na zona rural, a luta pela terra, combate à fome na cidade e no campo. Muitos companheiros foram perseguidos e mortos por esta causa, padres e leigos foram assassinados.

APÊNCICE B – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE ANTÔNIO LEOLINO DE ALMEIDA

(Alfrêdo) Você começou a participar das CEBs na zona rural ou urbana? Quando? Além de rezar o que mais conversava?

(Antônio) Comecei a participar das CEBs na zona urbana, também ajudando na zona rural. Primeiro a gente teve uma preparação muito boa, com D. Climério, os padres da época, sindicalistas, pessoas que tinham sido presas na ditadura, torturados... Havia uma conscientização política, conscientização dos direitos trabalhistas e também sobre a terra, para poder fixar os trabalhadores na terra, para que eles não saíssem de onde eles moravam, porque a maioria vendia seus pedacinhos de terra forçados pelos latifundiários e ia para a cidade, e aí você sabe o que que ia acontecer, né? Era uma conscientização em cima disso, e também uma conscientização política dos direitos políticos. Ensinava que as pessoas tinham de votar, mas não votarem pelo “voto de cabresto”, como se chamava na época, e a não votarem por dinheiro, apesar que isso continua até hoje. Mas a gente teve um bom êxito no nosso trabalho na zona urbana e também na zona rural, porque também o pessoal da zona rural vinha para as reuniões nas ruas. Eram reuniões duas por ano, ou às vezes mais, uma por mês. E foi um trabalho muito bonito nesse sentido.

Eu participei também várias vezes do [Regional] Nordeste III, que era Sergipe e Bahia. Fui várias vezes a Salvador, também com o bispo de Ilhéus, de [Vitória da] Conquista, que era o bispo progressista na época, eram os bispos que ajudavam. Tinha um bispo em Ilhéus que eu não me lembro mais o nome dele, muito bom nesse sentido. Dom Climério também era muito bom. O bispo de Sergipe, que não era da capital, era do interior, da cidade de Lagarto também era muito bom nessa caminhada. Várias vezes eu fui no Nordeste III. Eu e Railda. Foi nesse sentido que a gente começou a nossa caminhada.

Teve também padrinho Daniel em Macarani, que foi um dos pioneiros a registrar um vaqueiro e a pessoa que trabalhava com ele em casa. Ele não gostava nem que chamassem de “empregada doméstica”, era uma “companheira de trabalho” quem

ajudava no trabalho doméstico. Então ele foi pioneiro, para poder dar exemplo também nesse sentido, né?

Padrinho Daniel foi uma pessoa muito importante nesse trabalho, sabe? Ele não viajava muito. A Conquista sim, mas a outros lugares, não ia muito. Mas foi uma pessoa que teve um exemplo muito grande dentro dessa CEB, porque ele era respeitado. Além de ter terra, ser fazendeiro “falado”, né? Porque ele não gostava de falar, pois dizia que ele era um pequeno, e não grande. Mas ele era grande na sabedoria, grande na inteligência, grande em poder ajudar. Ajudou muito, Padrinho Daniel. Ajudou não só o município de Macarani, mas a diocese toda. Era muito respeitado. A gente ouvia muito ele nos trabalhos. Ele também lia muito, lia muito. Ele escrevia cartilha, lia muito. Então ajudava muito. Na eleição de Lula, ele ajudou muito e nas várias derrotas que nós tivemos. Com Lula, a gente não considerava derrota, porque a gente estava em um trabalho muito importante. Então essa pessoa não pode deixar de ser falado a cada dia da nossa vida, né? Eu vou continuar levando o nome dele aonde eu for, para falar do legado dele dentro da religião católica e dentro dos trabalhos da Igreja.

Também a gente trabalhou muito nessa caminhada de conscientização. Mas você sabe, teve muita resistência, muita resistência na época dos fazendeiros. Era um trabalho muito melindroso, entendeu? O tempo passou, mas a gente lembra de muita coisa ainda. A gente vai deixando pra trás e vai esquecendo, né? Mas foi um trabalho muito bonito. Foi aí que nós conseguimos, depois de três eleições em que Lula foi derrotado, a gente conseguiu a eleição de Lula, a vitória de Lula nas urnas, entendeu? O começo foi assim. É difícil a gente falar tudo, porque a gente vai lembrando aos poucos dos trabalhos.

Nesse trabalho de comunidade, dos trabalhos da igreja, trabalho de conscientização, nós, na primeira eleição, a eleição de renovação, vamos dizer assim, nós em Macarani com o Guilherme e Railda — Railda candidata à deputada federal, Guilherme, estadual — nós conseguimos... porque tinha dois candidatos, que se diziam progressistas: Arnaldo e Guilherme. Só que Arnaldo, você sabe, né? “Escorregando”. Já Guilherme não, era de dentro dos trabalhos da igreja, entendeu? O Guilherme, nós demos mais de 600 votos, mais de 600. Railda, candidata à deputada federal — negra, mulher – nós ainda conseguimos dar a ela 400 e tantos votos em Macarani. Foi uma

batalha ferrenha contra os grandes, né? Contra os latifundiários que apoiavam o grupo de ACM [Antônio Carlos Magalhães]. Um rigoroso político, né? Massacrador, entendeu? Dono do chicote. E nós conseguimos fazer isso, uma proeza muito grande. Eu, o padre Daniel, Adnê, e vários da comunidade. Conseguimos fazer essa proeza. Foi até falado muito na diocese o que nós conseguimos em Macarani.

(Alfrêdo) Você participou de algum curso de educação e/ou formação promovido pela CEB? Como: Sindicato, Grupo de Mulheres, Abaixo-assinado pela Constituição, Romaria de Apoio à Pequenos Proprietários da Barragem de Anagé, 1° Romaria da Terra Santa Marta...

(Antônio) Sim, sim. Como eu falei na primeira pergunta. Teve os seminários de Vitória da Conquista e Ilhéus. Só que isso era difícil, não foi fácil não. A gente fazia mais escondido, você entendeu? Aí tinham as cartilhas também para a gente poder fazer o roteiro da gente. Tinha sim, o curso de preparação. Fui em vários: [Vitória da] Conquista, né, mesmo em Macarani a gente tinha, vinha um pessoal de fora. Tinha Lindaura da Vida do Café, que era uma mulher muito consciente. Tinha um trabalho muito bonito que ela fazia lá, e também ela foi em vários encontros para poder se preparar.

A caminhada da romaria da Santa Marta era mais ou menos conscientizando os “sem-terra”, como se falava na época, para que eles se fixassem. Para que eles não saíssem dali e não desistissem da caminhada, para poder conseguir seus pedaços de terra. E até hoje eles estão lá, mesmo que muitos outros já saíram. Teve também a viagem à Barragem de Anagé, uma romaria de várias dioceses de toda a Bahia, para fixar também o pessoal na beira da barragem. Porque as terras foram todas invadidas pela água, mas ficaram alguns pedacinhos, para eles não venderem, pois nós sabíamos que os grandes iam “engolir” eles, assim como engoliram muitos, né? Foi também esse trabalho de conscientização das pessoas que já tinham suas terras na beira da barragem. Também teve um trabalho muito importante em um assentamento lá do município de Ribeirão do Largo, que na época não era cidade ainda, não era emancipada, era parte do município de Encruzilhada. A gente fez um trabalho muito importante junto com eles, das comunidades de Encruzilhada, que tinha umas comunidades muito boas, uma CEB muito boa, melhor até do que as nossas.

Tinha muito abaixo-assinado, sim. Na época da Constituição, para poder ter a votação da Constituição, foi um trabalho muito importante, as conquistas que nós tivemos dentro da Constituição, direitos trabalhistas, muitas coisas do abaixo-assinado que foram levadas até Brasília para a formação da Constituição brasileira de 88. Um trabalho muito importante, muito bonito.

(Alfrêdo) As Campanhas da Fraternidade e a campanha de preparação do Natal ajudavam a abrir os olhos para causas sociais?

(Antônio) As Campanhas da Fraternidade foram muito importantes. Todo ano tinha um tema diferente, e a gente trabalhava em cima disso aí também. Uma educação muito forte em cima dos temas de cada ano, entendeu? Por vários anos a gente trabalhando em cima disso. Hoje ainda há, mas muito pouco, né? Também teve gente que participou dos movimentos sindicais. Agora, eu não participei de movimento sindical, não. Tivemos reuniões, mas os movimentos sindicais foram mais na zona rural. O sindical forte era o de Encruzilhada, o de Vitória da Conquista, o de Anagé também era muito forte, o de Belo Campo era forte, o de Cândido Sales, que era um sindicato bom também, forte, criado na época das CEBs. Era tudo resistência, né?

APÊNCICE C – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE MIRALDO JOSÉ DE ARAÚJO

(Alfrêdo) Você começou a participar das CEBs na zona rural ou urbana? Quando? Além de rezar o que mais conversava?

(Miraldo) Comecei trabalhando com as CEBs da zona rural e urbana desde o segundo semestre de 1986. Além das celebrações eucarística, fazíamos encontro com coordenadores e coordenadoras de aprofundamento “FÉ vs. VIDA”. Aqui era construído com eles uma ação prática pro dia a dia. Se o entendimento fosse necessário pra fazer uma reunião pra falar de sindicato dos trabalhadores rurais, associação, organização das mulheres ou até política partidária. Onde algumas pessoas das CEBs foram candidatos a deputado estadual federal e vereador, pelo Partido dos Trabalhadores.

(Alfrêdo) Você participou de algum curso de educação e/ou formação promovido pela CEB? Como: Sindicato, Grupo de Mulheres, Abaixo-assinado pela Constituição, Romaria de Apoio à Pequenos Proprietários da Barragem de Anagé, 1° Romaria da Terra Santa Marta...

(Miraldo) Sim, ajudei a organizar o apoio aos pequenos proprietários ao redor da barragem, e a 1° Romaria da Terra foi ideia nossa. Dormi no acampamento da Santa Marta e organizamos um mutirão com os jovens das paróquias de [Vitória da] Conquista fazendo uma catequese e preparando o batizado de crianças que nasceram no acampamento.

APÊNCICE D – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE ARLETE SOUZA SANTOS E SANTOS

(Alfrêdo) Você começou a participar das CEBs na zona rural ou urbana? Quando? Além de rezar o que mais conversava?

(Arlete) Comecei a participar da comunidade de jovens da zona urbana em 1977. Fazíamos orações, reflexões da leitura do evangelho e preparávamos a liturgia das celebrações.

(Alfrêdo) Você participou de algum curso de educação e/ou formação promovido pela CEB? Como: Sindicato, Grupo de Mulheres, Abaixo-assinado pela Constituição, Romaria de Apoio à Pequenos Proprietários da Barragem de Anagé, 1° Romaria da Terra Santa Marta...

(Arlete) Participei de abaixo-assinado em prol da ficha limpa. Mas não era exclusivamente uma ação da nossa paróquia. A CNBB disponibilizou esse abaixo-assinado em todo o Brasil para que, alcançando um grande número de assinantes, pudesse encaminhar ao Congresso para tornar-se Projeto de Lei. E graças a essa mobilização da Igreja Católica é que existe hoje a Lei da Ficha Limpa.

(Alfrêdo) As Campanhas da Fraternidade e a campanha de preparação do Natal ajudavam a abrir os olhos para causas sociais?

(Arlete) Ajudaram muito, pois os temas das Campanhas da Fraternidade eram temas sociais em que toda a discussão a cada ano se tratava de assuntos da vida cotidiana do povo, como: fome, saúde, trabalho, moradia, educação, etc.

APÊNCICE E – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE MARLENE MARIA DA SILVA

(Alfrêdo) Você começou a participar das CEBs na zona rural ou urbana? Quando? Além de rezar o que mais conversava?

(Marlene) De um modo geral minha participação em Macarani foi ouvir as lavadeiras que ganhavam uma miséria, tipo R$ 5,00 para lavar roupas na beira do rio! Era pobre explorando pobre. Muitas vezes dinheiro esse que não dava nem para comprar o mínimo. Muitas lavadeiras ainda falavam que as patroas eram muito boas, algumas davam alimentos (eram raras as que davam). Nos reuníamos e conversávamos sobre o que podíamos fazer, mas o medo delas era muito, pedir aumento nem pensar!
O ferro era aquele ferro de brasa, pesado demais, elas tinham muitas dores na coluna e nas mãos! Fora o tempo que ficavam dentro do rio com as pernas dentro da água. A situação era muito triste, mas eram guerreiras!

Tínhamos trabalho na roça (mas era um campo de Pe. Rafael e Pe. Getúlio). O povo da roça é muito sábio e na simplicidade dizem verdades como ninguém! As mulheres eram maioria em quase todos os movimentos, inclusive na igreja.

(Alfrêdo) Você participou de algum curso de educação e/ou formação promovido pela CEB? Como: Sindicato, Grupo de Mulheres, Abaixo-assinado pela Constituição, Romaria de Apoio à Pequenos Proprietários da Barragem de Anagé, 1° Romaria da Terra Santa Marta...

(Marlene) Participei de grupo de estudo em Caxias do Sul, sobre lideranças. Foi muito bom receber conhecimentos para desenvolver melhor diversos assuntos!

Trabalhei também com o Método Billings (para poder programar a ter filhos) é um método natural. Principalmente com as mulheres. Com as mulheres da vida, foi um trabalho bem difícil e doído. Nosso objetivo era escutá-las em suas dores. Jesus não disse que seria fácil, mas nos fortalecíamos na Eucaristia!

O meu trabalho em Macarani, Maiquinique, itarantim e Itapetinga eram as visitas nos rios conversando com as lavadeiras, também visitava as prostitutas que era uma realidade muito triste.

Lembro que eu fui a Salvador participar de um encontro com a Pastoral das Mulheres Marginalizadas (era um movimento a favor das prostitutas) onde todos os estados participavam. Essa pastoral dava todo apoio às mulheres que precisavam de ajuda médica, elas já eram organizadas! Algumas mulheres por apoio da Pastoral haviam largado a prostituição!

(Alfrêdo) As Campanhas da Fraternidade e a campanha de preparação do Natal ajudavam a abrir os olhos para causas sociais?

(Marlene) Campanha de fraternidade sempre é um chamamento para a realidade! Sempre trouxe e sempre trará bons frutos, em especial a conscientização de problemas da sociedade!

APÊNCICE F – TRANSCRIÇÃO DO RELATO DE ANSCÁRIO VIANA ROCHA

(Alfrêdo) Você começou a participar das CEBs na zona rural ou urbana? Quando? Além de rezar o que mais conversava?

(Anscário) Comecei a partir dos encontros de jovens. Esses encontros de jovens aconteciam duas vezes por ano. Era onde a gente discutia um pouco essa questão da vida e que rumo a juventude queria. Isso era um fator. Então, chegou-se a fazer uma conferência com mais de cinco mil pessoas no Ginásio de Esportes de Vitória da Conquista. Iniciou à tarde e a gente foi até o outro dia, no final da tarde. Então, tem muita coisa que ajudou muito.

A gente tem que agradecer àqueles padres que faziam um trabalho de conscientização para muitos não venderem suas pequenas propriedades. Aqui na região [de Vitória da Conquista}, justamente a questão da cafeicultura, isso trouxe muito prejuízo com o uso de veneno, e o envenenamento de pessoas, e tanto as Comunidades quanto o sindicato fizeram um trabalho de denúncias em jornais naquele tempo. Então, foi a partir daí que se criaram os movimentos e que a gente deu continuidade no nosso trabalho. Agora, eu fico triste porque praticamente os movimentos sociais vêm se reduzindo. Hoje não tem mais aquela euforia de movimentos sociais. Há muitos padres “pelegos” que não fazem mais aquele trabalho social com o povo.

E as perguntas que ficam são essas: Que movimentos sociais vão acontecer? Qual será a nossa juventude? Para onde ela está indo? Qual é o futuro dela? Essas são perguntas que nós temos que começar a fazer daqui pra frente, porque a situação é difícil. Que padres, que bispos, que tipos de “rezas”, que tipo de ações nós vamos conduzir daqui pra frente? Então está todo mundo, pra mim, paralisado.

(Alfrêdo) Você participou de algum curso de educação e/ou formação promovido pela CEB? Como: Sindicato, Grupo de Mulheres, Abaixo-assinado pela Constituição, Romaria de Apoio à Pequenos Proprietários da Barragem de Anagé, 1° Romaria da Terra Santa Marta...

(Anscário) Foi a questão da reivindicação: não tinha estrada, nem posto de saúde; não tinha médico. Não se assinava em carteira de trabalhador; não tinham trabalhos sociais; os trabalhadores não conheciam seus direitos. A maioria dos patrões não pagava férias nem décimo terceiro. Então, foi a partir daí que foi surgindo a luta. Eu lembro que houve a primeira confusão, um tal de Germano querendo lá em Pau Brasil, fazer o despejo das pessoas que moravam lá. Então, foi a partir daí que a Igreja, por parte da Diocese, agilizou o advogado Ruy Medeiros, pois os trabalhadores não podiam pagar, e Ruy Medeiros foi o advogado da primeira reforma agrária que fizeram em Pau Brasil. Germano não quis abrir mão de nada, mas o advogado conseguiu ganhar na Justiça. Acho que os mais velhos já morreram, mas ainda têm filhos e netos assentados lá nessa Fazenda Pau Brasil. Foi aí que começou a primeira luta da questão da terra.

(Alfrêdo) As Campanhas da Fraternidade e a campanha de preparação do Natal ajudavam a abrir os olhos para causas sociais?

(Anscário) Essas Comunidades Eclesiais de Base têm um grande significado. Foi a partir delas que começou o pessoal rezando, mas não aquela reza desligada, mas rezando com a vida. As CEBs ajudaram muito os movimentos sociais. A partir daí, em 1980, há a ligação entre a fé e a vida, e o surgimento de um novo partido, que foi o Partido dos Trabalhadores. Os movimentos sindicais, os movimentos sociais, foi tudo a partir da organização das comunidades. Antes das comunidades, tinha um movimento que se chamava Liga Camponesa. O pessoal pensava em criar uma instituição paralela às organizações, mas não foi possível. Então, a partir daí, houve o surgimento do PT. As comunidades investiam na formação social, consciência política, da ideia de fé e vida, que é um fator importante: você ligar a fé à vida do povo. Então, as comunidades têm essa importância. E foram muitos os coordenadores de comunidade. Padres que tinham feito a opção preferencial pelos pobres, e bispos também, como Dom Celso na Diocese [de Vitória da Conquista], que fez um trabalho muito importante na questão da Greve do Café, iniciada com Dom Climério. Aqui em Conquista foi um movimento muito importante, coordenado e preparado pelos movimentos sociais, justamente pelas Comunidades Eclesiais de Base.

ANEXO A – REGISTRO DE PE. GETÚLIO SOBRE SUA ATUAÇÃO NAS CEBs

Abraçados na Vida e na Fé!

Ao escrever algo de minha convivência junto às comunidades deste setor envolvendo Macaraní, Maiquinique, Itarantim e Itapetinga, diocese de Vitória da Conquista, devo voltar na minha história. Porque o que ocorre dentro de mim é um enfrentamento sem fim, pois remete-me a uma causa muito além de mim mesmo. Aprendi desde pequeno a importância da relação humana com o divino e devo confessar que esta relação sempre me incendiou na presença do Criador e nas realidades existentes. É conflitante ter que lutar para ser humano. Nascemos assim e parece que o mundo não quer ser humano. Hoje, passando os 70 anos de existência, o calor continua esquentando meu sangue. Seja ao sentir-me rejeitado ou ao ser reconhecido. O sentimento de rejeição me desperta ainda mais, para viver intensamente meu tempo de vida, sou provocado a afirmar meus passos e continuar a caminhada. Uns anos atrás, quando fui viver na Bahia, tive uma oportunidade de perceber o universo que tinha entrado em minha vida.

Ao chegar nessa região, quis saber por que se chama Vitória da Conquista. A resposta foi uma decepção. Disseram que, os conquistadores envenenaram a fonte de água dos indígenas e assim os dominaram. Nunca fui verificar nas atas da história a veracidade disso, mas me pareceu semelhante a todas as conquistas dos brancos sobre os indígenas, sempre dizimando-os.

Foi nessa região bahiana de Maiquinique, Itarantim, Macarani e Itapetinga, junto com meus irmãos Rafael e René, como missionários do Sagrado Coração, também Marlene e Vilma, lembro também do Zé Mão, e muitas lideranças adultas e jovens, nos anos 1983 a 1986, que o fogo tomou conta de mim. A consciência e o coração ardiam e a alma também. Hoje, arde também a saudade! Meu amigo Rafael dizia: “Diante de Deus, é necessário tomar um partido entre os humanos aqui na terra!”. A vida do cotidiano levou-me a mergulhar ainda mais no coração de Deus e do povo, e ao ir assumindo este caminho entrava cada vez mais em mim mesmo, ardendo de paixão. De verdade, a paixão por Deus é forte como a morte.

Isso que estou escrevendo é fruto de haver descoberto no meu processo formativo um outro modo de ser Igreja: Ceb’s! Fui agraciado nesse tempo de formação, quando no Brasil fervia esta nova maneira de ser Igreja. Nascida no ventre dos pobres, carente de autoridades engravatadas, a não ser o testemunho do evangelho de Jesus de Nazaré. A década de 60 ficou

conhecida como o tempo do surgimento das CEB's, brotou da terra, fé, chão dos pobres este Novo modo de ser Igreja. E se fez presente no Concílio Vaticano II, em Roma, 1965. Sempre vi como retomada dos primeiros cristãos, naqueles homens e mulheres simples, pobres e abertos a uma esperança nova, que Jesus reuniu, incentivou e enraizou em seu tempo, gente que caminhava no pó sagrado da Terra, incomodando os que estavam parados nas nuvens.

Nos anos 70 (1970) se alastrou, "tipo tiririca" ou "cebolinha", no meio da tranquilidade eclesial acostumada a repetir solenidades e acomodada. Este novo modo de ser Igreja era o Espírito Santo de Deus convocando a ser verdadeira, numa época em que a tormenta sociopolítica = Golpe militar de 1964 = mostrou suas garras das bestas do apocalipse (Apocalipse 12 e 13), acumulando uma economia a serviço da elite nacional e internacional. E novamente o Espírito de Deus reaparece fortemente e sem medo nos pobres, que davam a vida pela Vida!

Este despertar incomodou a muitos que estavam em suas poltronas, desde a elite brasileira e romana, católicos tradicionalistas e todos que tinham a fé na cabeça. Enquanto a canção proclamava:

A Fé está no pé, meu irmão,
A Fé está no pé minha irmã,
É o Deus da caminhada, meus irmãos,
Que sustenta minha fé!

Ao crescer na paixão pelo povo empobrecido e esperançoso, crescia a paixão por Deus. Nessa entrega profunda, bebia a espiritualidade do seguimento de Jesus de Nazaré. Na verdade, essa entrega, paixão por Deus e pelo povo é simultânea.

O contato com as pessoas nas 72 comunidades por onde andávamos confirmavam para mim a presença de Deus sedento de justiça e dignidade, no meio da exploração de fazendeiros desumanizados. A alegria e o companheirismo das pessoas que se reuniam com fé na vida de Deus eram marcantes. Aprendi a despojar-me de minhas ideias sulistas e a amar este povo de Deus. Rezar significou estar de bem com Deus e com a vida. Por isso a criação do Sindicatos dos Pequenos Trabalhadores era a certeza da presença de Deus na Vida e na Fé, assim como a escuta e aproximação às mulheres com Marlene e a criatividade teatral de deixar a alma do povo falar, com a Vilma. Pequenas atitudes de um novo jeito de ser Igreja. Era um jeito tão simples e digno que, muitos acomodados achavam, que era contra a Igreja, quando na verdade, era a verdadeira Igreja à imagem e semelhança de Jesus de Nazaré.

Quando entregava a Eucaristia naquelas mãos calejadas, sentia a alegria de Deus em ser acolhido nas mãos tão simples, machucadas e sofridas, porém, abertas e esperançosas. Essa

vivência me ajudou muito quando fui ao Equador de 2000 a 2007, junto aos indígenas Kichwa. Lá lembrei muitas vezes da Bahia. Devo dizer, com todas as dificuldades de ontem e de hoje, sinto-me amado por Deus e agradecido por este tempo curto e importante na minha vida. Hoje, a vivência diária me ensina a relativizar para permanecer no essencial da vida. Apesar do movimento contrário que se percebe hoje na Igreja e no mundo. O medo de pisar na terra e o desejo de pisar sobre o dinheiro e a fama conduz a muitos venderem a presença de Deus, tipo mercado. Perde-se as raízes da fé e da vida também. Perde-se a consciência de ser humano e transforma-se em peça tecnológica, revestido a fé artificial.

Ao finalizar estas poucas palavras, quero citar o tema do I Encontro Intereclesial de CEB's: UMA IGREJA QUE NASCE DO POVO PELO ESPÍRITO DE DEUS – Vitória, ES de 6 a 8 de janeiro de 1975. Lá se cantou:

> "De repente nossa vista clareou, clareou, clareou.
> Descobrimos que o pobre tem valor, tem valor, tem valor."

Cuidando do encanto e da dor da vida

Getulio msc pe ar

Florianópolis, SC, 28 de Abril de 2026.

ANEXO B – MENSAGEM DE PE. ARNALDO ENTREGUE NA MISSA DE 7º DIA DA MORTE DE DANIEL CLEMENTE DE SOUZA

PÁSCOA DE DANIEL



Hoje, agradecemos a Deus, pelos anos que nos deu a viver com nosso querido pai, tio, avô e amigo DANIEL CLEMENTE DE SOUZA. Ele foi para nós, o mestre da verdade e nos fez crescer na liberdade dos filhos e das filhas de Deus.

Era um filho de Deus e um filho do povo. Profetizou ternura no mundo da violência e fez crescer a bondade. Ele foi um Dom de Deus para o seu povo. Servidor fiel e criativo, na construção da Paz! Conselheiro admirável e amante sem igual do seu povo. Identificado com os pobres, tudo que tinha colocou a seu serviço.

DANIEL: conquistador de todos com o seu sorriso amigo. Amigo fiel dos servos e servas de Deus. Ele é o construtor da Comunidade Eclesial de Base de sua cidade.

Obrigados a Deus, pelo forte Daniel, que no alvorecer do milênio, se mudou para os céus.

Na cidade de nossos corações, a sua memória será eternamente celebrada.

AMÉM.

A família agradece a sua presença e sinais de fraternidade.

Macarani, 03/01/2000.